



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 508

1                   ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA  
2                   ATA N.º 20 DE 22/07/2024

4                   No dia 22 de julho de 2024 reuniu, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre do  
5                   Edifício dos Paços do Concelho de Castelo de Paiva em sessão ordinária, a  
6                   Assembleia Municipal (AM), com a seguinte ordem de trabalhos:

7                   **Período Antes da Ordem do dia**

- 8                   1. Informações gerais e expediente.
- 9                   2. Assuntos gerais de interesse municipal.
- 10                  3. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação  
11                  financeira do Município.

12                  **Período de Intervenção do Público**

- 13                  4. Intervenção do Público.

14                  **Período da Ordem do dia**

- 15                  5. Apreciação e deliberação – Plano Municipal de Ação Climática de  
16                  Castelo de Paiva.
- 17                  6. Apreciação e deliberação – Relatório de Execução Orçamental – 1.º  
18                  Trimestre de 2024.

19                  7. Apreciação e deliberação - Arranjo Urbanístico do Centro de Santa  
20                  Maria de Sardoura (Viação Rural) – Repartição de encargos Plurianuais.

- 21                  8. Informação para apreciação e conhecimento da AM:

- 22                  8.1. Plano de Desenvolvimento Social - 2024-2030.
- 23                  8.2. Compromissos Plurianuais – 1.º Trimestre de 2024.

24                  **Intervenção do Público**

- 25                  9. Intervenção do Público.

26                  **Mesa:**

27                  Presidente: Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira  
28                  Primeiro-Secretário, em exercício: José Carlos Vieira Tavares  
29                  Segunda-Secretária: Ana Margarida Pinto da Rocha

30                  **Deputados Eleitos presentes na sessão:**

- 31                  • Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira (GMP PSD);



- 32 • José António da Costa Moreira da Rocha, em substituição de Gonçalo  
33 Fernando da Rocha de Jesus (GMPS);  
34 • José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Pedro Maldonado Martins  
35 de Carvalho (GMPSD);  
36 • Manuel António da Rocha Pereira (GMPS);  
37 • Jorge Humberto Castro Rocha Quintas (GMMPM);  
38 • Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira (GMPSD);  
39 • Maria de Fátima Reis Laranja Strecht Ribeiro (GMPS);  
40 • Paulo Ramalheira Teixeira (UCPT);  
41 • Carlos Filipe Gonçalves Trindade (GMPSD);  
42 • Manuel António Fernandes Mendes (GMPS);  
43 • António Luis da Costa Esteves (GMPSD);  
44 • Rodrigo António Joaquina Pereira, em substituição de Silvia Raquel  
45 Amaral da Cruz (GMMPM);  
46 • António da Silva Pinto (GMPS);  
47 • Ana Margarida Pinto da Rocha (GMPSD);  
48 • Giselda Martins de Sousa Neves (GMPS);  
49 • Paulo Carlos Alves Vieira (UCPT);  
50 • José Carlos Vieira Tavares, em substituição de Manuel José Soares  
51 Marçal (GMPSD);  
52 • João Luiz da Silva Vieira (GMMPM);  
53 • Ângelo Soares Fernandes (GMPS);  
54 • José Vieira Gonçalves (GMPS).

55 **Presidentes de Junta de Freguesia presentes na sessão:**

- 56 • António da Costa e Cunha (GMPSD);  
57 • Joaquim Luiz Vieira Martins;  
58 • José António de Sousa Teixeira, em substituição do Sr. Presidente da  
59 Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura (GMPS);  
60 • Francisco Manuel Fernandes Silva (GMPSD);  
61 • José Manuel de Magalhães Rodrigues, em substituição do Sr. Presidente  
62 da Junta de Freguesia de Fornos (GMPSD);



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 509

- 63 • Carlos Alberto Moreira da Rocha (GMMMP).

64 **Elementos da Câmara Municipal (CM) presentes na sessão:**

65 Presidente da Câmara: José Duarte de Sousa e Rocha

66 Vereadores: Liliana Catarina Martins Vieira, José Manuel Moreira de  
67 Carvalho, António dos Santos Rodrigues e Vitor Manuel Quintas Pinho.

68 Faltou: Inês Duarte da Silva Martins (GMPSD), sem motivo justificado.

69 Verificada a existencia de quórum Sr. Presidente da AM declarou aberta a  
70 sessão pelas 20:35 horas.

71 O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de substituição  
72 para a presente sessão:

73 - Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, eleito pelo PS, nos termos do  
74 previsto no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na  
75 sua redação atual, substituído pelo deputado José António da Costa Moreira  
76 da Rocha, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da  
77 AM, e no artigo 79.º da referida Lei.

78 - Sílvia Raquel Amaral da Cruz, eleita pelo MPM, nos termos do previsto  
79 no n.º 1, do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua  
80 redação atual, substituída pelo deputado Rodrigo António Joaquina Pereira,  
81 nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 9.º do Regimento da AM, e no  
82 artigo 79.º da referida Lei.

83 O Sr. Presidente da AM deu nota dos seguintes pedidos de suspensão de  
84 mandato:

85 - Pedro Maldonado Martins de Carvalho Moreira, eleito pelo PSD, nos  
86 termos do previsto no artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na  
87 sua redação atual, pelo período de 7 dias, nos termos do previsto nos  
88 termos do previsto no n.º 2 e 3 - alínea g), do artigo 4.º do Regimento da  
89 AM, e do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação  
90 atual, que depois de apreciado foi aprovado por unanimidade.

91 De seguida operou-se a respetiva substituição pelo deputado José Carlos  
92 Vieira Tavares, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 76.º da referida  
93 Lei.



94 | **Período Antes da Ordem do dia**

95 | ***1. Informações gerais e expediente.***

96 | **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que  
97 na correspondência recebida é feita uma menção a uma carta remetida pelo  
98 município Samuel Pinto sobre o “IMT - Imposto Municipal sobre as  
99 Transmissões Onerosas de Imóveis”, tendo questionado o que é que a carta  
100 dizia a esse respeito; que também faz referência a um seu requerimento de  
101 20 de Maio dirigido ao Sr. Presidente da AM a questionar se era possível  
102 consultar o processo relacionado com o inquérito criminal número n.º  
103 67/20-5T9CPV, ao qual ainda não obteve resposta para poder consultar o  
104 processo.

105 | **O Sr. Presidente da AM** respondeu que relativamente ao requerimento  
106 para a consulta do referido processo, que foi lapso seu, já deveria ter  
107 despachado, pelo que vai verificar com os serviços e dará seguimento.  
108 Relativamente à carta do município, informou que era solicitada uma sessão  
109 extraordinária da Assembleia Municipal para avaliar a tomada de uma  
110 deliberação de uma medida que tem sido implementada por outros  
111 municípios que o município considera de extrema importância para a  
112 comunidade que é a isenção de “IMT - Imposto Municipal sobre as  
113 Transmissões Onerosas de Imóveis” para jovens. Referiu que respondeu ao  
114 município que os municípios não têm competência para convocar AM  
115 extraordinárias, podendo depois dar nota do que foi respondido.

116 | **Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

117 | ***2. Assuntos gerais de interesse municipal.***

118 | **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que  
119 as suas primeiras palavras iam para as eleições europeias que decorreram  
120 no passado mês de junho, a forma como elas aconteceram no concelho e,  
121 acima de tudo, a possibilidade de se poder votar em qualquer parte do país.  
122 Deu os parabéns ao executivo municipal pelo excelente programa que  
123 apresentou nas festas de São João de 2024. Disse que subiram a parada e  
124 agora a expectativa é grande para 2025.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 51

125 Referindo-se à 25.<sup>a</sup> edição da Feira do Vinho Verde, disse que tratando-se  
126 do maior evento levado a efeito no Município, é com muito orgulho que em  
127 boa hora a equipa que apresentou aos Paivenses em 1997, integrando na  
128 altura as listas do PPD/PSD, prometeu e cumpriu uma promessa eleitoral  
129 que hoje é um verdadeiro caso de sucesso. Agradeceu ao executivo  
130 municipal a homenagem que fez ao executivo que liderou, quer na sua  
131 pessoa, quer aos Vereadores que o acompanhavam.

132 Salientou que tal como já disse nesta AM em anos anteriores, há um  
133 regulamento aprovado para a Feira do Vinho Verde que está  
134 completamente desatualizado, entre outras situações, se não fosse uma das  
135 mais importantes, a parceria com a “ACI - Associação Comercial e  
136 Industrial de Castelo de Paiva”. Por outro lado, disse, verifica-se que há  
137 situações que violam a verdadeira essência da feira e que esteve na sua  
138 génese, nomeadamente ser uma feira com vinho verde produzido na sub-  
139 região do Paiva, e do concelho, e com expositores com sede no concelho.

140 Solicitou ao Sr. Presidente da AM que na sessão de setembro deste órgão  
141 possam revogar aquele regulamento e darem uma oportunidade ao atual  
142 executivo de fazer um regulamento já para a feira de 2025.

143 Deu nota que desde julho de 2023 que tem vindo a falar nas sessões da AM  
144 na questão do processo de contraordenação movido a 17 de outubro 2023  
145 no âmbito do edifício “Marmoiral”. Disse que já antes, em agosto, o  
146 promotor tinha sido notificado; um dos vãos foi encerrado - daquelas lojas  
147 que foram abertas indevidamente - falta o segundo vão; que levantou esta  
148 questão também na AM de 26 de fevereiro de 2024 quando foi colocado  
149 um contador numa loja que estava fechada e que continua fechada. Referiu  
150 que na altura o Sr. Presidente da Câmara, e bem, respondeu que não sabia,  
151 que ia apurar; depois pediu-lhe para enviar um e-mail, mas já passaram  
152 tantos meses e ainda não recebeu resposta sobre a questão do contador.

153 Referiu que também fez uma questão à qual também ainda não obteve  
154 resposta, que é se houve alguma alteração à propriedade horizontal do



155 prédio que colocou em terreno público uma parte dos arruamentos do largo  
156 Professor Joaquim Quintas e doze dos estacionamentos ali existentes.  
157 Dirigindo-se à Vereadora Liliana Vieira, detentora do pelouro da Educação,  
158 deu nota da sua preocupação resultante de uma notícia que leu no “Jornal  
159 de Notícias” do dia 17 de junho passado, que anunciava que 71 professores  
160 do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva manifestaram a intenção  
161 de sair do agrupamento. Disse que Castelo de Paiva é o quarto concelho do  
162 país onde se regista o maior número de saídas, pelo que gostava de saber se  
163 o executivo municipal lhes podia dizer alguma coisa sobre este assunto.  
164 Solicitou um ponto de situação da notificação judicial avulsa da Rua Luis  
165 Aranha.  
166 Informou que ouviu na “Paivense FM” que a Câmara Municipal tinha  
167 recebido a visita de alguns inspetores da Polícia Judiciária e que essa ação  
168 terá incidido sobre empreitadas realizadas entre 2013 e 2021, tendo  
169 questionado o que é que efetivamente se passou; que também ouviu na  
170 “Paivense FM” que a “GNR – Guarda Nacional Republicana” terá  
171 intervindo na Rua Luiz Aranha quando os funcionários municipais estavam  
172 a concluir a reparação de um passeio no início da Rua dos Combatentes.  
173 Deu nota que no passado dia 12 de julho saiu o acórdão do tribunal de  
174 Santa Maria da Feira que julgou totalmente procedente, por totalmente  
175 provada, a acusação pública condenando a arguida Brites de Almeida de  
176 um crime de abuso de confiança qualificado. Disse que pretendia saber se a  
177 Câmara Municipal vai, ou não, recorrer da decisão proferida; se vai manter,  
178 ou não, o Dr. Gomes Ferreira como mandatário do Município. Considerou  
179 que face à decisão do tribunal, apesar de ainda não ter transitado em  
180 julgado, a Câmara Municipal devia solicitar um parecer jurídico  
181 considerando o eventual trânsito em julgado da decisão agora proferida,  
182 tudo isso relativamente ao disposto na alínea v), da cláusula quarta do  
183 Testamento, recordando que o que está em causa é a perda dos direitos de  
184 que a usufrutuária Brites de Almeida é detentora dentro e fora da Boavista.  
185 Solicitou ao Sr. Presidente da AM – vai-lhe lhe entregar um requerimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 511

- 186 no final da sessão – a convocação de uma reunião da Comissão de  
187 Acompanhamento da AM na qual gostaria que estivesse presente, se for  
188 possível, o Dr. Gomes Ferreira.
- 189 Solicitou um ponto de situação relativo ao Memorando de Entendimento.
- 190 **O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real, Carlos Rocha**  
191 **(GMMPPM)**, usou da palavra para dar os parabéns à Câmara Municipal  
192 pela organização da 25.ª Feira do Vinho Verde.
- 193 Manifestou a sua preocupação com a falta de coveiros para trabalhar nos  
194 cemitérios, em geral, e que também afeta a freguesia de Real. Disse que é  
195 um problema muito grave que nem a pagar se está a conseguir resolver,  
196 pelo que pedia ao executivo que criasse condições para que possam ficar  
197 mais tranquilos, porque a Junta de Freguesia de Real, por si só, não tem  
198 capacidade para resolver o problema.
- 199 Agradeceu ao executivo a pavimentação feita no Vale da Mota e as  
200 intervenções realizadas na Cova do Coelho, na Rua da Portela e na Rua do  
201 Seixo que, provavelmente, será asfaltada durante o mês de agosto.  
202 Agradeceu também a adjudicação da obra para o abastecimento de água a  
203 Penela.
- 204 Deu nota que estão a um ano e três meses do novo ato eleitoral e havia uma  
205 grande expectativa nesta legislatura. Disse que espera que aquilo que está  
206 traçado para Real, que são coisas boas, venha a ser concretizado dentro  
207 deste prazo para que possam também cumprir com o que prometeram e que  
208 só poderá ser feito com a ajuda do Município, designadamente a questão da  
209 estrada do Gafanhão e do parque de estacionamento do cemitério de Real.
- 210 **O deputado Ângelo Fernandes (GMPS)** usou da palavra para dar os  
211 parabéns à Câmara Municipal pela organização da 25.ª Feira do Vinho  
212 Verde e dos festejos do S. João.
- 213 Agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara as obras realizadas no bairro de S.  
214 José.
- 215 Lamentou o facto de há cerca de três semanas o cemitério da Póvoa parecer  
216 um pântano.



217 Lamentou também o estado de degradação das paragens de autocarros,  
218 defendendo que há 30 anos que a freguesia de Pedorido anda sempre para  
219 trás.

220 Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara se podia, no mínimo, minimizar a  
221 questão da iluminação junto à ponte de Pedorido e no jardim do Arda.  
222 Informou que na Póvoa há um pavilhão feito há muitos anos com dinheiros  
223 públicos que foi entregue a uma direção que ninguém sabe quem é. Disse  
224 que o taekwondo teve lá a sua atividade, houve pessoas que lá fizeram  
225 ginástica, foi um apoio às crianças e às escolas, mas agora um munícipe  
226 queria um sítio para praticar dança e não tem em lado nenhum, sendo que o  
227 pavilhão está cheio de silvas e madeira. Pediu ao Sr. Presidente da Câmara  
228 que tome conta do pavilhão e o ponha a funcionar.

229 **O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** usou da palavra para se associar  
230 às felicitações dirigidas ao executivo pela organização da 25.ª Feira do  
231 Vinho Verde e dos festejos do S. João. Disse que que a fasquia está elevada  
232 e espera que no próximo ano não vejam as expectativas defraudadas.

233 Deu nota que as caixas comunitárias de entrega da correspondência  
234 deixaram de existir, passamos a ter número de polícia, e já verificou em  
235 algumas freguesias onde passou que essas caixas foram removidas, pelo  
236 que faz todo o sentido proceder-se também à remoção daquele bloco de  
237 cimento que paira por todas as freguesias, porque tornou-se inútil. Apelou  
238 ao Sr. Presidente da Câmara que diligencie para que se proceda a essa  
239 remoção.

240 Alertou para um perigo que o tem preocupado junto ao prédio  
241 “Marmoiral”. Disse que existe ali o que pensa que ser um “PT” junto aos  
242 parques de estacionamento sem que à sua volta exista qualquer  
243 gradeamento de proteção a quem ali estaciona, podendo resultar até numa  
244 morte, pensando no pior dos cenários. Referiu que poderá não ser da  
245 competência da Câmara Municipal, mas, eventualmente, o proprietário  
246 deve ser advertido que deve ali colocar um gradeamento de proteção.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 512

- 247 Deu também nota que tiveram conhecimento que na freguesia de Santa  
248 Maria de Sardoura procedeu-se ao abate de uma árvore centenária. Disse  
249 que gostaria de saber se esse abate foi levado a cabo pela Câmara  
250 Municipal, e se sim, se existe um relatório fitossanitário que lhe façam  
251 chegar.
- 252 Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se efetivamente tem tratado todas  
253 as freguesias por igual, porque às vezes parece que não, dado que há  
254 freguesias em que a limpeza é muito escassa. Disse que não crê que haja  
255 um tratamento desigual, porque já em anteriores sessões da AM o Sr.  
256 Presidente da Câmara fez bandeira de que tratava as Juntas de Freguesia  
257 por igual, tendo dado os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Real porque  
258 nisso ele é um exemplo, a freguesia é limpa com grande frequência, são  
259 cortadas as ervas e as silvas, mas noutras parece que isso só acontece  
260 “quando o Rei faz anos” ou perto da data das festas, caso contrário, não há  
261 a limpeza. Referiu que este assunto o preocupa e é preciso que o Sr.  
262 Presidente da Câmara tente perceber se está a ser cumprido, não vá o  
263 dinheiro que se destina à limpeza das ruas e arruamentos estar a ser  
264 canalizado para outros fins.
- 265 **O deputado João Vieira (GMMPPM)** usou da palavra para questionar o  
266 Sr. Presidente da AM do motivo pelo qual as transmissões da AM não  
267 ficarem disponíveis, sendo que o Sr. Presidente da AM disse que ia tratar  
268 do assunto. Deu os parabéns ao executivo pela realização da Feira do  
269 Vinho Verde e também pela solução de estacionamento que conseguiu no  
270 lugar da Bafareira. Defendeu que é imperativo (não sabe se é possível) que  
271 a Câmara Municipal adquira aquele espaço, dado que a autarquia não  
272 possui locais próprios para alojar os divertimentos atualmente em espaço  
273 privado. Disse que aquele terreno pode ser utilizado para diversas valências  
274 de interesse comunitário, sendo crucial pela sua centralidade e pela falta de  
275 condições da autarquia para esses eventos.
- 276 Lembrava que a “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património  
277 Histórico e Cultural de Castelo de Paiva” também possui um grande espaço



278 que pode ser utilizado para estacionamento nesses eventos se a autarquia  
279 assim o desejar.

280 Deu nota que gostaria de ver um maior empenhamento da autarquia no  
281 Parque das Tílias e no seu edificado, local que recebe anualmente milhares  
282 de pessoas. Disse que, recentemente, o parque criou várias atividades com  
283 grande envolvimento da comunidade Paivense, e na próxima sexta-feira vai  
284 receber 150 reformados oriundos da freguesia de São Bernardo, Aveiro,  
285 que foram encaminhados para a “ADEP – Associação de Defesa e Estudo  
286 do Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva” pela autarquia.  
287 Solicitou à autarquia e à Junta de Freguesia que melhorem as condições  
288 deste espaço para receber os visitantes com dignidade.

289 Deu nota que na gestão do anterior executivo da União de Freguesias, do  
290 agora Vice-Presidente da Câmara, José António Vilela, o parque era limpo  
291 com regularidade. Disse que desde a entrada do novo executivo nem uma  
292 limpeza lá foi realizada, sendo que, paradoxalmente, ou não, as crianças de  
293 Bairros são as principais utilizadoras do parque para fazer piqueniques e as  
294 suas brincadeiras que, basicamente, são a saltar por cima de ervas e silvas.  
295 Referiu que continuando assim o encerramento do parque pode ser  
296 inevitável, o que é mau para a comunidade de Castelo de Paiva.

297 Informou que o painel de publicidade colocado na Bafareira representa um  
298 risco para os pedestres. Disse que deu nota disso em várias AM ao Sr.  
299 Presidente da Câmara, mas o painel publicitário continua lá, pelo que, se  
300 calhar, o próprio está a fazer um aviso que é desnecessário, e como tal,  
301 pede desculpa se aquele painel tem toda a legitimidade de lá estar.

302 Referindo-se ao miradouro de Catapeixe, disse que foi considerado um dos  
303 mais bonitos do Norte de Portugal, basta ler o livro “Guia de Portugal”,  
304 edição da Gulbenkian. No entanto, referiu, quem visita o concelho não  
305 encontra qualquer sinalização a indicar esse varandim sobre o Douro, pelo  
306 que pedia à autarquia que divulgue este magnífico miradouro e coloque a  
307 sinalização adequada para melhor informar quem visita o concelho. Referiu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 543

308 que o mesmo se passa com a falta da sinalética sobre a “Pia dos Mouros”,  
309 classificada de interesse municipal.

310 **A deputada Giselda Neves (GMPS)** usou da palavra para dizer que o  
311 concelho tem finalmente a Casa de Emergência Social. Felicitou o  
312 executivo pelas instalações condignas, diria até luxuosas, e pese embora a  
313 sua localização, tal como já teve a oportunidade de expressar, sobretudo  
314 para algumas situações de emergência (tanto quanto sabe já está a ser  
315 utilizada), era uma urgência no concelho. Disse que é urgente dar a  
316 conhecer o regulamento de utilização da casa, sobretudo às instituições que  
317 mais trabalham com estes problemas para não se cair em alguns erros de  
318 informação.

319 Deu nota que tal como o Governo fez ao fim de 100 dias um debate sobre o  
320 estado da nação, o concelho está também com quase 3 anos de governação,  
321 não são 100 dias, são 1000, em que a governação Social Democrata rege os  
322 destinos do concelho, pelo que também é altura de começar a prestar  
323 contas. Referiu que trazia alguns compromissos do programa eleitoral, e  
324 alguns que lhe dizem muito pela sua formação de base, uma vez que é de  
325 biologia. Disse que pegou na primeira página do programa em que constam  
326 os compromissos do executivo para a mudança, designadamente quererem  
327 um concelho limpo e saudável. Referiu que isso é muito importante, sabe  
328 que vai ter a resposta dos 12 anos anteriores, mas o povo escolheu a  
329 mudança e, portanto, o que interessa agora é que se faça um balanço  
330 daquilo que se está a fazer, porque já lá vão quase 3 anos.

331 Deu nota que relativamente ao saneamento e ao ambiente é dito, e é  
332 verdade, que Castelo de Paiva é o pior Município de Portugal ao nível do  
333 saneamento com 18% de taxa de cobertura. Questionou quanto é que foi o  
334 aumento percentual da rede de saneamento nestes 3 anos.

335 Referiu que ouviu Dr. Paulo Teixeira com atenção que elogiou, e bem, a  
336 Feira do Vinho Verde, que tinha sido uma promessa eleitoral que cumpriu e  
337 que estava muito orgulhoso disso. Disse que também acha que as  
338 promessas eleitorais são para cumprir, porque se são apenas promessas



339 eleitorais que não se cumprem nem vale a pena a mudança, porque senão  
340 estão sempre na mesma.

341 Realçou que outro aspeto muito importante em pleno século XXI é a rede  
342 de abastecimento de água, tendo questionado qual foi o seu aumento  
343 percentual no concelho; que outro objetivo era requalificar os edifícios  
344 municipais e promover a eficiência energética, tendo questionado quantos  
345 edifícios municipais é que foram requalificados a nível energético; que  
346 queriam implementar um serviço que fizesse a recolha de resíduos de  
347 grandes dimensões, os eletrodomésticos, os móveis e promover a sua  
348 reutilização, tendo questionado onde é que está esse ponto de recolha  
349 desses resíduos, qual é a sua taxa de utilização, qual é a informação  
350 disponível à população desse ponto de recolha, porque quem circula no  
351 concelho vê muito frequentemente colchões, etc., junto de pontos em que  
352 não devia estar este serviço; outro objetivo importante, já que a construção  
353 civil está em alta, era criar um Centro de Recolha de Resíduos de  
354 Construção Civil, tendo questionando se está criado, se está pensado, onde  
355 e em que moldes é que funciona.

356 A deputada Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que a  
357 sua primeira nota prendia-se um bocadinho em função da intervenção da  
358 deputada Giselda Neves (GMPS) que lhe fez lembrar a última AM, ou seja,  
359 durante 12 anos não se fez e durante 3 anos querem que se faça.

360 Referiu que na última tentativa de AM, tiveram uma AM que acabou por  
361 não se realizar, para espanto de muitas pessoas que vieram falar com eles,  
362 porque se dizia que era ilegal e não podia haver uma reunião de Câmara e  
363 uma sessão da AM no mesmo dia. Salve-se se o espanto, disse, basta  
364 consultar as atas anteriores e os membros que vieram dizer que agora era  
365 ilegal, foram os mesmos que no dia 28 de setembro de 2018, só por falar  
366 nesta, por exemplo, tiveram uma reunião de Câmara que começou às  
367 15:25h e uma AM no mesmo dia. Disse que esses mesmos membros, o  
368 líder da bancada do GMPS, entre outros, estiveram presentes nessa AM e  
369 convidava a quem está a assistir em casa a ler a ata da sessão que está



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 514

- 370 disponível no site da Câmara Municipal para perceber se esses membros se  
371 viraram para o então Presidente da Câmara, Gonçalo Rocha, ou para o  
372 então Presidente da AM, Gouveia Coelho, a dizer que era ilegal.  
373 Referiu que há duas coisas que têm que perceber nas lições de moral: quem  
374 quer dar lições de moral tem primeiro de perguntar se as pode dar; segundo  
375 é ser isento, e quando não se é isento, e quando se tem “telhados de vidro”,  
376 mais vale não atirar pedras porque normalmente fazem ricochete no nosso  
377 telhado. Mas há mais casos deste basta ler as atas, mas é só para tentar  
378 explicar às pessoas.  
379 Sobre o executivo municipal ter de prestar contas ao fim de 3 anos, disse  
380 que tem que prestar contas e, se calhar, está sempre disponível para as  
381 prestar, mas as pessoas nunca vieram à AM nos últimos 12 anos pedir que  
382 o executivo do seu partido prestasse contas.  
383 Deu nota da realização da Feira Social, evento importante para as IPSS que  
384 fazem um trabalho extraordinário durante o ano todo, a quem muita gente  
385 critica e renega, mas que fazem um trabalho extraordinário, com uma  
386 dedicação exemplar dos seus técnicos.  
387 Deu também nota da inauguração da Casa de Acolhimento de Emergência.  
388 Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, referiu que se até ao final do seu  
389 mandato conseguir fazer uma outra casa, que é importante, especialmente  
390 devido à problemática que o concelho tem ao nível da violência doméstica,  
391 acha que todos ficariam contentes.  
392 Realçou a realização do evento “Rios Ibéricos” que trouxe muitas pessoas e  
393 visibilidade ao concelho, tendo dado os parabéns ao Município e às  
394 entidades que estiveram envolvidas na organização.  
395 Referindo-se ao abastecimento de água disse que, felizmente, na sua UF da  
396 de Raiva, Pedorido e Paraíso, o lugar de Nogueira vai ter água com este  
397 executivo municipal.  
398 Salientou o facto de pela segunda vez ter estado um Primeiro-Ministro em  
399 Castelo de Paiva por ocasião da realização da Feira do Vinho Verde: o  
400 primeiro tinha sido o Dr. Pedro Passos Coelho, na altura do PS, e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. \_\_\_\_\_

401 segundo foi o Dr. Luís Montenegro. Disse que a sua presença é importante  
402 para o concelho, e mais importante é perceberem que a Variante à EN 222  
403 está cada vez mais perto, esperando que seja inaugurada por ele.

404 **O deputado Rodrigo Pereira (GMMPPM)** usou da palavra para dizer que  
405 fica preocupado quando ouve algum deputado a falar e vê que outros  
406 deputados cochicham entre eles, nomeadamente a deputada Vanessa  
407 Pereira com o ilustre colega, algo que não faz com ninguém, nem aceita,  
408 nem pode aceitar que se faça com alguém. Disse que se fosse o Sr.  
409 Presidente da AM pedia para parar de intervir quem estivesse no púlpito e  
410 só depois é que recomeçava, algo que faz se estiver a intervir e alguém  
411 estiver a falar.

412 Referindo-se à rua que entronca na rua Sá Carneiro/Adelino Amaro da  
413 Costa, que vai para o parque, disse que seria conveniente colocar uma  
414 passadeira porque já assistiu a dois acidentes, um deles com um munícipe  
415 que foi apanhado por uma carrinha a fazer marcha atrás (ali nem deveria  
416 ser permitido fazer marcha atrás), e outro há cerca de oito dias com uma  
417 munícipe.

418 Deu nota que quem vem da “BRADCO” para meter para o “Lidl”, por  
419 vezes, em vez de irem à rotunda metem logo para a esquerda, e não podem.  
420 Disse que é uma linha contínua que está bastante danificada, está-se sujeito  
421 a haver ali acidentes, pelo que convinha que a Câmara Municipal  
422 resolvesse esse problema.

423 Deu também nota que a rua João Salema que vai de Gração para Bairros  
424 está uma situação terrível (continua a ser denominada de rua João Salema);  
425 que a estrada que liga o Casal a Bairros até à Fisga está num estado  
426 miserável. Disse que esta estrada tem um Pelourinho de onde se avista todo  
427 o rio Paiva, pelo que era bom que a Câmara Municipal e a Junta de  
428 Freguesia fizessem ali um arranjo.

429 Referiu que ninguém limpa os caixotes do lixo à sexta, sábado e domingo,  
430 pelo que à segunda-feira ninguém pode despejar lixo porque é um cheiro  
431 nauseabundo, sobretudo nas Fontelas e na Ladroeira que é onde deita o seu



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 515

432 lixo. Disse que antigamente fazia-se uma desinfeção desses caixotes do  
433 lixo, mas tem a impressão que hoje não se faz isso.

434 **O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para dizer que poderá não ouvir  
435 sempre, mas sempre que se apercebe que há comentários paralelos que  
436 incomodam o normal funcionamento da AM tem chamado à atenção. Disse  
437 que já tem chamado a atenção de várias pessoas, de vários partidos, vários  
438 grupos parlamentares, por isso, se calhar o deputado Rodrigo Pereira  
439 (GMMPPM) podia estar distraído quando chamou essas pessoas à atenção.

440 **A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** usou da palavra para defesa da  
441 honra.

442 Referiu que é normal partilhar ideias com o seu colega, tal como outros  
443 deputados o fazem. Disse que pensava que o deputado Rodrigo Pereira  
444 (GMMPPM) vinha repudiar que membros do GMMPPM chamem canalha e  
445 vendidos a pessoas da AM.

446 **O deputado Carlos Trindade (GMPSD)** usou da palavra para defesa da  
447 honra.

448 Referiu que lembrava ao deputado Rodrigo Pereira (GMMPPM) que ainda é  
449 o líder da bancada, por isso, com o devido respeito que tem pela AM, pode  
450 falar com os seus colegas de bancada de forma a diligenciar como vão  
451 abordar certos e determinados temas. Disse que devem ser exemplo não por  
452 aquilo que dizem, mas por aquilo que fazem, e que receber uma lição de  
453 moral vinda da bancada do GMMPPM com o que se passou na sessão  
454 anterior que não se realizou, deixava muito a desejar.

455 **O deputado Rodrigo Pereira (GMMPPM)** usou da palavra para defesa da  
456 honra.

457 Referiu que não estava para alimentar as situações que tanto a deputada  
458 Vanessa Pereira (GMPSD) como o deputado Carlos Trindade (GMPSD)  
459 trouxeram. Disse que os comentários e os sorrisos desagradaram-lhe, e que  
460 comparar a sua chamada de atenção com aquilo que se passou na última  
461 AM com o GMMPPM, ou seja com quem for, não tem sequer nada que se



462 lhe diga, é uma fraca defesa da parte dos referidos deputados, e que é pena  
463 que assim aconteça.

464 Salientou que não dá lições de moral a ninguém, embora tenha idade para  
465 isso, porque as suas lições de moral, quando as dá, dá-as a gente que as  
466 recebe, dado que são pessoas de boa índole que reconhecem quando dá  
467 bons conselhos. Disse que o conselho que deu é bom: não se deve falar  
468 quando colegas da bancada, ou de outras bancadas, estão a falar, sendo a  
469 segunda vez que chama a atenção.

470 Concluiu, referindo que não está de mal com ninguém, quer é que tudo  
471 decorra com normalidade e com civismo, algo que é bem preciso.

472 **A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** interveio novamente para,  
473 dirigindo-se ao deputado Rodrigo Pereira (GMMPP), lhe solicitar que  
474 tivesse a coragem de dizer porque é que a própria e o deputado Carlos  
475 Trindade (GMPSD) não têm boa índole.

476 **O deputado Rocha Pereira (GMPS)** usou da palavra para dizer que se  
477 está em pleno verão e, apesar disso, estão cá a cumprir o seu dever  
478 enquanto autarcas.

479 Deu nota que apesar de haver “muitas solas para romper”, já ficaram para  
480 trás vários festejos e arraiais, nomeadamente o São João e a Feira do Vinho  
481 Verde; os artistas anunciados, afinal, sempre cá vieram; houve folguedo,  
482 muita animação e foguetório, havendo até quem o achasse demasiado; o  
483 vinho jorrou pelas gargantas, mas também muitas outras bebidas não  
484 deixaram de comparecer, concorrendo como o rei da feira: curioso que dos  
485 78 expositores, apenas 11 participaram no evento para promover o seu  
486 produto, o vinho verde. Referiu que como alguém lhe dizia há dias atrás,  
487 correm o risco de produzir as uvas, mas o vinho pertencerá a outros, tendo  
488 questionado se assim será.

489 Referiu que é bom sentir a felicidade estampada no rosto das pessoas;  
490 temos uma Câmara Municipal com os cofres recheados e a ilusão de que os  
491 problemas não existem, ou existindo, apenas afetam os outros; tudo é  
492 efémero nesta vida, até o brilho resplandecente do fogo de artifício que tão



493 depressa ilumina os nossos céus, como em escassos segundos desaparece;  
494 não esqueçam que de entre as várias coisas também existe a cor negra, e a  
495 realidade do concelho parece não ser, afinal, o que alguns vão apregoando.  
496 Lembrava que há associações no concelho que não são capazes de honrar  
497 os seus compromissos financeiros, havendo dívidas com cerca de ano e  
498 meio. Questionou se é verdade que o passivo das associações recreativas,  
499 culturais e desportivas, IPSS, bandas de música, etc., do concelho já supera  
500 alguns milhões de euros; se é verdade que forças internas patrocinaram  
501 motins ou rebeliões pondo em causa a respetiva hierarquia, tendo  
502 questionado onde fica autoridade.  
503 Referiu que a oposição vai fazendo o seu trabalho, aquém do expectável,  
504 no seu modesto entender, mas o que vai determinar o futuro, mais do que  
505 fazer boa posição, é imperioso construir uma alternativa credível ao atual  
506 frágil poder instituído.  
507 Concluiu, referindo que estes temas, por serem demasiado sérios, ficarão  
508 para uma análise mais aprofundada a fazer em tempo oportuno.  
509 **O deputado Jorge Quintas (GMMPP)** usou da palavra começando por  
510 pedir ao Sr. Presidente da AM um tempo para intervir, enquanto líder de  
511 bancada, em defesa da honra do seu grupo municipal.  
512 Felicitou todas as pessoas que no dia 30 de maio de 2024, por ocasião do  
513 feriado do “Corpo de Deus”, se disponibilizaram a fazer o trabalho árduo  
514 de enfeitar as ruas da nossa praça, dando-lhe um colorido muito bonito.  
515 Referindo-se ao São João, disse que não ia dizer se o programa foi caro ou  
516 barato, mas queria felicitar os elementos das marchas, desde as costureiras  
517 aos ensaiadores, porque sem eles o São João de Castelo de Paiva não fazia  
518 sentido, perdia a sua essência, sendo que relembrava que o subsídio para  
519 cada marcha é de 4.000,00€, pelo que os bons atores, provavelmente, são  
520 os marchantes que dão verdadeiro significado ao São João de Castelo de  
521 Paiva. Referindo-se novamente ao feriado do “Corpo de Deus”, deu nota  
522 que quando a Banda dos Mineiros do Pejão fez uma volta de honra ao largo  
523 do Conde as portas da Câmara Municipal estavam fechadas e ninguém



524 estava presente para receber os seus elementos, tendo-lhe feito chegar esse  
525 lamento que aqui transmite.  
526 Deu nota que no dia 11 de junho de 2024 a Polícia Judiciária esteve nas  
527 instalações da Câmara Municipal, tendo perguntado ao Sr. Presidente da  
528 Câmara quantos inspetores cá estiveram; o tempo que estiveram; o que  
529 levaram e que serviços foram visados.  
530 Solicitou um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara sobre o que se  
531 passou no dia 4 de junho na rua Luis Aranha, numa obra que os  
532 funcionários da Câmara Municipal estavam a executar.  
533 Deu nota que as fugas de água são visíveis neste período de verão, é um  
534 problema que já se arrasta há muitos anos, tendo perguntado ao Sr.  
535 Presidente se se mantém, se aumentou ou diminuiu a percentagem superior  
536 a 60% de perdas de água que o mesmo referiu há cerca de um ano.  
537 Referindo-se a uma nota de honorários de um Advogado que chegou à  
538 Câmara Municipal relativa a uma ação judicial que se prende com o  
539 processo “Jopavera” e do Sr. António Sousa, no montante de 65.999,49€,  
540 solicitou um ponto de situação.  
541 Solicitou à Vereadora Liliana Vieira um esclarecimento relativo à situação  
542 da “Caixa de Pandora” dos testes à “Covid-19”, designadamente da fatura  
543 no montante de 100.000,00€.  
544 Dirigindo-se ao Sr. Presidente da AM, referiu que no dia 28 de junho  
545 receberam uma nota informativa que versava sobre a desagregação das  
546 freguesias. Disse que não sabia se o Sr. Presidente da UF da Raiva,  
547 Pedorido e Paraíso e o Sr. Presidente da UF de Sobrado e Bairros queriam  
548 falar acerca deste tema, mas a nota veio dirigida ao Sr. Presidente da AM, e  
549 pelo que leu na comunicação social o assunto vai continuar igual, pelo que  
550 lhe questionava se podia dar uma explicação de como é que está o  
551 processo; se nas próximas eleições autárquicas o concelho vai ter seis ou  
552 nove freguesias Referindo-se à visita do Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Luis  
553 Montenegro, ao concelho, disse que estranhou que nenhum membro da AM  
554 tenha recebido um convite para estar presente na cerimónia, não sabendo se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 517

555 o Sr. Presidente da AM os representou a todos ou se houve esquecimento,  
556 pelo que solicitava uma justificação.  
557 De seguida interveio em defesa da honra do GMMPM.  
558 Referiu que são um grupo de independentes, vão falando uns com os  
559 outros, e um ataque é um membro do GM é um ataque a todos, pelo que  
560 cabe a si, como líder, defender a honra, embora não precisem de sua defesa.  
561 Dirigindo-se à deputada Vanessa Pereira (GMPSD), disse que quando o  
562 deputado Rodrigo Pereira (GMMPM) fala na índole, não está a falar de  
563 nenhum assunto, tem a ver com uma propensão natural, tal como o próprio  
564 levanta os braços, barafusta quando está no seu lugar, mas não toma  
565 posições desagradáveis para com os seus colegas: o seu comportamento  
566 pode incomodar qualquer um, mas é uma questão pessoal, não vão  
567 generalizar e trazer a questão para a AM. Referiu que o deputado Rodrigo  
568 Pereira (GMMPM) é uma pessoa de bom trato, de uma educação esmerada,  
569 tendo a certeza absoluta que não quis ofender nem a deputada Vanessa  
570 Pereira (GMPSD), nem o deputado Carlos Trindade (GMPSD),  
571 simplesmente não gosta de certas atitudes, tal como o próprio, tendo apenas  
572 feito referência a isso com toda a legitimidade.  
573 Referiu que em relação ao que se passou na última AM, que talvez fosse  
574 melhor rever as coisas (é bom que as imagens não estejam online), ver o  
575 que é que se passou.  
576 Deu nota que não disse que a última AM era ilegal, nem que era legal,  
577 apenas alertou textualmente para o artigo 32.º do Regimento.  
578 Dirigindo-se à deputada Vanessa Pereira (GMPSD) e à busca que fez às  
579 atas, disse que a altura não fazia parte da AM. Referiu que, talvez no ano  
580 de 2018, interveio no período destinando ao público e alertou o Dr.  
581 Gouveia Coelho que a reunião de Câmara não poderia ser feita no mesmo  
582 dia da reunião da AM.  
583 **O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que não  
584 era suposto estarem aqui hoje, mas as incidências ocorridas em 28 do mês  
585 passado a isso determinaram; não vão debater sobre velhas e reiteradas



586 práticas impróprias do bom desempenho da função presidencial da AM, a  
587 lista é tão negra e extensa que justificaria um ponto, que não dispõem, para  
588 a sua análise, mas há um ponto específico que não podem deixar de  
589 abordar: o comportamento sectário, a gritante dualidade de critérios, a  
590 parcialidade indisfarçável adotados pelo Presidente da Mesa, culminando  
591 com algo nunca visto, ou seja, após a deliberação tomada pela AM, que  
592 mais uma vez implicou uma pesada derrota política, o Sr. Presidente da  
593 AM permitiu que dois colegas, entre eles um representante do PSD,  
594 apresentassem as suas declarações de voto, mas quando já no púlpito o  
595 representante do PS ia-se preparando para falar, o imparcial, isento,  
596 rigoroso, dialogante e transparente Presidente da Mesa, não permitiu que a  
597 declaração de voto fosse feita, encerrando abruptamente dos trabalhos,  
598 afastando-se em passo apressado da Mesa vergado pela sua triste e insólita  
599 atitude. Referiu que para quem se apresentou aos Paivenses sustentando a  
600 paz, a dignidade, a isenção e depois tem destas lamentáveis e  
601 antidemocráticas práticas, é próprio de alguém que não sabe viver a  
602 democracia, não sabe representar condignamente os seus pares, não é capaz  
603 de honrar o que se prometeu aos eleitores; que face à inqualificável postura  
604 adotada, o Sr. Presidente da AM não passa de um lobo que aparenta usar  
605 pele de cordeiro.

606 Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, deu nota que em Bairros, São  
607 Martinho, nomeadamente no lugar de Espinheirinho, e na freguesia de  
608 Santa Maria de Sardoura, no lugar de Boure, o acumular de resíduos  
609 sólidos é constante e os moradores fazem-lhe chegar queixas de que as  
610 recolhas não serão suficientes face às necessidades.

611 Deu nota que no lugar da Devesa há uma fossa a céu aberto junto ao  
612 loteamento que, segundo os relatos que lhes chegam por parte do executivo  
613 da Junta de Freguesia, já terá enviado as queixas para a Câmara Municipal,  
614 tendo solicitado um ponto de situação.

615 Referindo-se às festas de São João, disse que foram um sucesso; haja  
616 capacidade financeira para fazer sucesso e, nesse aspeto, quando é um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 518

617 sucesso devem reconhecer que o é, mas esse sucesso deveu-se ao aumento  
618 significativo da despesa; podem questionar se gostam, ou não, ou se  
619 concordam com esse método de gastar dinheiro, é questionável.  
620 Questionou qual foi o custo total das festas, não só os declarados, mas  
621 também os extras, os complementos aos contratos, tendo solicitado que  
622 lhes fizessem chegar essa informação mais tarde; qual foi a variação  
623 percentual dos custos do cartaz comparativamente com outras edições; se  
624 houve, ou não, variação percentual na mesma proporção nos apoios à  
625 verdadeira essência do São João, que são os apoios às marchas, quer sejam  
626 infantis, seniores e da noite de São João.  
627 Concluiu, referindo que já que, aparentemente, o executivo aprendeu o  
628 caminho para Lisboa, e aprendeu os caminhos do diálogo para com a  
629 governação, solicitava o ponto de situação da Variante à EN 222.  
630 **O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para esclarecer que em relação  
631 ao facto de os vídeos da AM não ficarem disponíveis, antes da próxima  
632 AM tentará fazer uma Conferência de Líderes para ver se conseguem  
633 ultrapassar esta questão, porque pensava ele, e se calhar pensavam todos,  
634 que o texto do regulamento era suficientemente claro relativamente a esta  
635 matéria, mas o artigo, no seu objeto, acaba por ir contra o que diz o número  
636 4 do artigo 3.º, porque no objeto apenas diz que, e citou: “*O presente*  
637 *regulamento tem por objeto a captação e transmissão de áudio e vídeo em*  
638 *direto e online das reuniões da Assembleia Municipal de Castelo de*  
639 *Paiva.*” Ou seja, disse, o objeto do regulamento só fala da transmissão  
640 online e em direto, não obstante o número 4 do artigo 3.º dizer, e citou: “...  
641 *as gravações são gravadas e disponibilizadas na área da Assembleia*  
642 *Municipal no site do Município.*” Referiu que a transmissão é feita numa  
643 página do “YouTube”, passe a publicidade, não é no site do Município, e  
644 algumas pessoas que contatou da área da proteção de dados aconselharam-  
645 no a ter cautela nesta matéria porque é uma matéria ainda muito nova em  
646 termos jurídicos. Disse que tratando-se do regulamento e não do  
647 Regimento, pensa que podem propor uma correção ao texto, mas depois



648 articularia com os líderes dos grupos municipais para verem a melhor  
649 forma de o fazer e, se conseguirem, trazer já à próxima AM uma proposta  
650 de alteração ao regulamento para discussão.

651 Sobre a desagregação das freguesias, referiu que é na qualidade de  
652 Presidente da AM que pode responder, e a informação que tem é  
653 exatamente a mesma que transmitiu aos membros da AM, ou seja, foi-lhes  
654 enviada pelo Presidente da Comissão do Poder local da Assembleia da  
655 República uma comunicação a dizer que os trabalhos estão a ter  
656 seguimento.

657 Relativamente aos convites, informou que como é habitual os membros da  
658 AM foram convidados para estarem presentes na sessão de abertura. Disse  
659 que a visita do Sr. Primeiro-Ministro foi isso mesmo, ou seja, visitou e  
660 almoçou no Município naquele dia; que aproveitando a visita, o Sr.  
661 Presidente da Câmara convidou o Sr. Primeiro-Ministro a assinar o livro de  
662 honra e foi essa a única cerimónia que existiu, não foi vedada a ninguém.  
663 Referiu que podia ter dado conhecimento da visita do Sr. Primeiro-Ministro  
664 ao concelho, mas pensa que foi de conhecimento público, não houve  
665 ninguém da AM que não soubesse.

666 **O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões  
667 que lhe foram colocadas.

668 Agradeceu todas as palavras de felicitação que foram endereçadas à  
669 Câmara Municipal pela organização das festas de São João de 2024 e da  
670 25.ª Edição da Feira do Vinho Verde. Enalteceu todos aqueles que  
671 participaram nos dois eventos: produtores, restauração, artesanato,  
672 derivados, marchas infantis e seniores.

673 Concordou que o regulamento da Feira do Vinho Verde já se encontra  
674 obsoleto. Disse que o executivo já tem um pré-regulamento que está a ser  
675 trabalhado para ser presente à Câmara Municipal para abertura do período  
676 de discussão pública e posterior análise e aprovação da Assembleia  
677 Municipal antes da realização da 26.ª Edição do evento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 519

- 678 Deu nota que há a vontade de que Castelo de Paiva seja líder da região dos  
679 vinhos verdes da Sub-Região de Paiva, que inclui o Município de Castelo  
680 de Paiva e duas freguesias do concelho de Cinfães - Travanca e Souselo -  
681 para que o vinho verde do concelho possa traçar o mesmo caminho que  
682 traçou o Alvarinho, porque independentemente de ser de Monção ou de  
683 Melgaço é o vinho Alvarinho, e têm de começar a promover a Sub-Região  
684 de Paiva para que todos aqueles que provem os nossos produtos, provem  
685 também o nosso vinho verde e saibam que a marca Sub-Região de Paiva é  
686 uma marca de qualidade e de excelência.
- 687 Em relação ao processo de contraordenação e à questão do contador,  
688 respondeu que já enviou as respostas ao Sr. Presidente da AM, que por sua  
689 vez as deverá fazer chegar ao deputado Paulo Teixeira (GMUCPT).
- 690 Relativamente à questão colocada sobre os professores, respondeu que  
691 depois daria a palavra à Senhora Vereadora com o pelouro da educação.
- 692 Em relação à notificação judicial avulsa referente à rua Luiz Aranha,  
693 respondeu que repetia que é uma notificação avulsa que entrou na Câmara  
694 Municipal, e não houve mais nenhuma diligência por parte do privado; que  
695 continua a dizer o que disse em 2021 nas primeiras reuniões de Câmara:  
696 para si aquela rua é pública, continuará pública, e terá de vir o Supremo do  
697 Supremo Tribunal dizer o contrário, porque do que se lembra (está nos  
698 boletins municipais) aquela rua foi uma obra feita e paga pela Câmara  
699 Municipal.
- 700 Referindo-se à intervenção da “GNR – Guarda Nacional Republicana” na  
701 referida rua, respondeu que no seu entender e no dos serviços municipais,  
702 trata-se de terreno público. Disse que havia a necessidade de fazer uma  
703 intervenção de melhoria de um passeio de acesso a uma passadeira, porque,  
704 inclusivamente, uma munícipe tinha caído naquele local pelo facto do piso  
705 não estar regular; que a intervenção foi concluída e, entretanto, se o  
706 particular entender que deve acionar algum meio para reivindicar o que a  
707 Câmara Municipal acha que é do Município, está no seu direito.



708 Referindo-se à questão colocada sobre o Dr. Gomes Ferreira, respondeu  
709 que no início do seu mandato tomou a opção de manter todos os  
710 mandatários designados para os processos que se encontravam em curso,  
711 pelo que o Dr. Gomes Ferreira continua com o processo-crime contra a  
712 Dra. Brites de Almeida. Informou que saiu uma sentença, há a  
713 possibilidade de recorrer, pelo que vão aguardar para ver qual é a posição  
714 da Dra. Brites de Almeida, isto é, se apresenta recurso, ou não, e havendo,  
715 o Dr. Gomes Ferreira continuará a acompanhar o processo porque também  
716 não faz sentido mudar o mandatário do Município a meio de um processo  
717 judicial, dado que este iniciou o processo, salvo erro, em 2019/2020, e no  
718 qual está completamente integrado.

719 Referindo-se à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real,  
720 concordou que cada vez há menos funcionários disponíveis para assumir a  
721 função de Coveiro, pelo que tem de se encontrar uma forma de colmatar  
722 essa situação. Disse que tem havido solicitações não só da Junta de  
723 Freguesia de Real, mas também das outras Juntas para a cedência do  
724 Coveiro municipal, tendo havido abertura para a sua cedência, sendo que a  
725 curto prazo poderá ser um problema tanto para o Município, como para  
726 todas as Juntas de Freguesias.

727 Referindo-se às obras previstas para Real, respondeu que já fizeram uma  
728 grande quantidade das obras que foram prometidas e que se arrastavam ano  
729 após ano. Informou que está adjudicada a obra para o abastecimento de  
730 água a Nogueira, à Mó e a Penela, intervenção que irá aumentar  
731 significativamente a já extensa taxa de cobertura de abastecimento de água  
732 pública (está em 98% e poderá passar para 98,5%/99%).

733 Salientou que o que os tem preocupado é a questão do saneamento. Disse  
734 que em todas as obras que têm feito tem-se tido em consideração todas as  
735 infraestruturas complementares. Informou que a empresa “Simdouro” está  
736 a fazer um trabalho de expropriação e de projeção da ligação da ETAR na  
737 zona da Póvoa, Pedorido, e também na zona da Balsa, para que possam  
738 ligar parte do vale de Sá e resolver o problema das freguesias de São



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 520

- 739 Martinho e de Sardoura, sendo que neste momento as fossas da Adróia já  
740 têm a ligação em baixa. Referiu que estão a aguardar que a “Simdouro”, no  
741 âmbito do contrato de obrigações que tem com o Município já assinado há  
742 longo tempo, faça a sua parte e execute a ligação em alta para que possam  
743 já ligar e aumentar significativamente em percentagem a cobertura de  
744 saneamento do Município de Castelo Paiva (depois poderá dar a quantidade  
745 de saneamento que já foi colocado); que não fosse alguma discussão que  
746 tem havido com a “infraestruturas de Portugal” também a zona do Vale da  
747 Mota e a zona do Outeiro já estariam solucionadas, esperando que com  
748 alguns avisos que finalmente começam a sair possam pelo menos usufruir  
749 do Ciclo Urbano da Água.
- 750 Referindo-se à intervenção do deputado Ângelo Fernandes (GMPS),  
751 respondeu que a questão relativa ao cemitério e às limpezas está entregue à  
752 União de Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso.  
753 Em relação ao pavilhão da Póvoa, respondeu que não pertence ao  
754 Município, está registado num contribuinte de uma associação (teve o  
755 cuidado de verificar essa situação). Informou que o Município já notificou  
756 quem faz a gestão do pavilhão por causa das lenhas acumuladas no local e  
757 à falta de limpeza do espaço.  
758 Relativamente à iluminação da ponte, respondeu que o executivo está a  
759 tratar e espera ter novidades a breve trecho.  
760 Referindo-se à intervenção do deputado Carlos Trindade (GMPsd),  
761 respondeu que em relação à grade de proteção junto ao edifício  
762 “Marmoiral”, tem estado a tratar com os serviços a melhor forma de  
763 notificar o particular.  
764 Em relação às caixas de correio comuns, informou que são propriedade dos  
765 “CTT – Correios de Portugal”. Disse que aquela entidade ficou de  
766 desmantelar e ceder algumas ao Município para ali se colocar algum  
767 equipamento público, pelo que irá reunir novamente com os “CTT –  
768 Correios de Portugal”, e enviar uma missiva no sentido de perceber porque  
769 é que algumas caixas ainda não estão totalmente desativadas.



770 Referindo-se ao abate de uma árvore centenária na zona da Devesa,  
771 respondeu que quando teve conhecimento desse abate a Câmara Municipal  
772 questionou a Junta de Freguesia se havia algum relatório fitossanitário,  
773 tendo aquela entidade respondido que não havia. Informou que o Sr.  
774 Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Sardoura, em resposta  
775 aos e-mails que lhe foram enviados, respondeu que atendendo ao mau  
776 estado do castanheiro, e devido ao pedido de alguns moradores, optaram  
777 pelo seu corte, sendo que a madeira que dai resultou foi oferecida a uma  
778 Comissão de Festas. Ressalvou que a questão do abate das árvores é da  
779 competência do Município, as Juntas de Freguesia não têm essa  
780 competência, pelo que o Sr. Presidente da Junta escreveu no e-mail que  
781 enviou que caso haja necessidade de abater mais alguma árvore irá  
782 comunicar à Câmara Municipal para que tal seja autorizado.  
783 Referindo-se às verbas transferidas para as Juntas de Freguesia para a  
784 limpeza de vias, respondeu que aquando da elaboração do orçamento o  
785 executivo optou por tentar seguir um critério mais rigoroso na criação da  
786 fórmula através da qual é calculada a verba a transferir para cada uma das  
787 freguesias. Informou que a verba já foi reforçada: dos cerca de 180.000,00€  
788 que eram dados pelo anterior executivo já se passou para mais de  
789 300.000,00€, sendo que a verba é calculada mediante uma componente fixa  
790 para todas as Juntas de Freguesia de acordo a sua população, a densidade  
791 populacional e os quilómetros que têm de rede de abastecimento de água.  
792 Referiu que o tratamento tem sido igual e têm tentado sempre colaborar  
793 com todas as Juntas de Freguesia, sem exceção.  
794 Referindo-se à intervenção do deputado João Vieira (GMMPM) relativa às  
795 limpezas na “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património  
796 Histórico e Cultural de Castelo de Paiva”, respondeu que todos sabem que  
797 se trata de propriedade privada, pelo que não haverá obrigatoriedade de as  
798 entidades públicas fazerem essa limpeza. Informou que nos próximos dias  
799 irá agendar uma reunião que já lhe foi solicitada pela direção da entidade,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 521

800 sendo que já houve algumas conversas iniciais no sentido de arranjar uma  
801 forma de o Município poder intervir na conservação dos edifícios.  
802 Referindo-se ao miradouro do Catapeixe, respondeu que está publicitado  
803 no site da Câmara Municipal. Disse que se poderá colocar uma placa no  
804 local, mas terá de se pedir autorização à “Infraestruturas de Portugal”  
805 porque trata-se de uma estrada nacional.  
806 Em relação à Pia dos Mouros, respondeu que acha foi lá colocada uma  
807 placa que poderá ter sido extraviada, mas o Sr. Presidente da UF de  
808 Sobrado e Bairros poderá dar alguma informação adicional.  
809 Referindo-se à intervenção da deputada Giselda Neves (GMPS) relativa à  
810 Casa de Acolhimento de Emergência, referiu que era um equipamento  
811 esperado há muitos e muitos anos, inclusivamente chegou a propor ao  
812 anterior executivo a sua inclusão em orçamento, mas a realidade é que só  
813 agora é que está pronta e ao serviço da população. Referiu que faz todo o  
814 sentido que haja um regulamento porque é uma casa que está direcionada  
815 para diversos casos de emergência, pelo que irá ser presente à reunião de  
816 Câmara a realizar na próxima sexta-feira.  
817 Em relação à rede de abastecimento de água, informou que há muitos anos  
818 que não se fazia a limpeza de todos os depósitos de água do Município e  
819 essa limpeza está a ser feita. Disse que também irão fazer um aumento das  
820 Zonas de Medição Contínua (GMC) para que possam ter um maior  
821 controlo da entrada e saída de água dos depósitos, bem como da água que  
822 passa nas condutas principais, porque há fugas de água que se vêm à  
823 superfície, mas muitas vezes há fugas que são subterrâneas e que são  
824 significativas.  
825 Referindo-se à questão colocada dos edifícios que foram requalificados no  
826 âmbito na eficiência energética, respondeu que já têm projetos concluídos.  
827 Disse que os avisos estão a começar a sair e espera que haja equipamentos  
828 que estejam em condições de intervir, sendo que um desses equipamentos  
829 que já tem projeto concluído e querem candidatar é o edifício dos Paços do  
830 Concelho que, como já todos se aperceberam, não tem aquecimento de



831 climatização, nem qualquer tipo de isolamento. Referiu que pretendem  
832 poupar na fatura energética, para além da salvaguarda das questões  
833 ambientais.

834 Informou que recolha dos chamados “monos” já foi publicitada na revista  
835 que foi enviada a todos os Paivenses, bem como nas faturas de água.  
836 Referiu que há um número para o qual as pessoas podem ligar e,  
837 posteriormente, serão contactadas pelo funcionário que faz a recolha desses  
838 equipamentos. Em relação à Central de Recolha de Resíduos da Construção  
839 Civil, respondeu que é uma ambição. Informou que já consultou algumas  
840 entidades, é um processo que não é tão simples quanto se quer fazer crer,  
841 necessita de vários pareceres de entidades externas, da “APA - Agência  
842 Portuguesa de Ambiente” e da “CCDR-N - Comissão de Coordenação e  
843 Desenvolvimento Regional do Norte”. Disse que a antiga lixeira é um dos  
844 locais que tem em vista, tendo de se verificar se tem capacidade para o  
845 efeito. Apelou ao bom senso das pessoas para evitarem o despejo selvagem  
846 desses resíduos nos montes ou nas bordas. Disse que o Município tem feito  
847 a recolha desse tipo de materiais em vários sítios, porque as pessoas não  
848 têm essa sensibilidade apesar de existirem locais onde os podem depositar.  
849 Referindo-se à intervenção da deputada Vanessa Pereira (GMPSD) relativa  
850 à Feira Social, deu os parabéns a todos aqueles que participaram,  
851 designadamente a todas as IPSS que estiveram presentes e que mostraram o  
852 trabalho que fazem de âmbito social com grande sacrifício, com muitas  
853 dificuldades, mas que vão continuando a dar uma resposta assertiva a todos  
854 aqueles que mais necessitam.

855 Referindo-se ao desafio lançado para a construção de outra Casa de  
856 Acolhimento de Emergência, respondeu que é uma ambição, mas não  
857 costuma prometer por prometer, esperando que seja uma realidade antes do  
858 final do mandato (sem compromisso).

859 Referindo-se ao evento “Rios Ibéricos”, endereçou uma palavra de  
860 agradecimento a todos aqueles que participaram, o evento envolveu  
861 centenas de pessoas, bem como ao Centro Social Sol Nascente de Santo



862 Ildefonso que colaborou com muitos voluntários que se dedicam durante  
863 muitas horas para que o evento trouxesse essas pessoas ao concelho.  
864 Deu nota que já teve a oportunidade de dizer que é um gosto receber o Sr.  
865 Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro, mas também se deve referir que  
866 estiveram presentes na feira o Sr. Secretário de Estado do Turismo, Dr.  
867 Pedro Machado, que teve a oportunidade de contactar com todos os  
868 expositores, o Sr. Ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes, que  
869 também teve essa disponibilidade, para além do Sr. Secretário de Estado do  
870 Ambiente, Dr. Emídio Sousa.  
871 Referindo-se à intervenção do deputado Rodrigo Pereira (GMMPM)  
872 relativa à rua Sá Carneiro/Amaro da Costa, solicitou que o referido  
873 deputado depois dissesse onde é que sugere a colocação da passadeira.  
874 Referindo-se à questão da linha contínua junto ao “Lidl”, respondeu que a  
875 “GNR – Guarda Nacional Republicana” também tem de fiscalizar,  
876 reconhecendo que há algumas vias que necessitam de uma melhoria das  
877 suas pinturas, algo que irão tentar resolver.  
878 Em relação à questão da rua Dr. João Salema, esclareceu que se o deputado  
879 Rodrigo Pereira (GMMPM) consultar a toponímia do concelho vai verificar  
880 que continua a ser rua Dr. João Salema. Disse que espera a breve trecho  
881 levar uma proposta a reunião de Câmara para a abertura de um  
882 procedimento concursal para a requalificação de toda a zona envolvente  
883 àquela rua, desde a descida do “Lidl” à escola secundária, passando em  
884 frente da “Pizzaria” e da escola EB2/3, e também para a concretização do  
885 parque de estacionamento no terreno que o executivo adquiriu junto à  
886 escola secundária no sentido de se resolver parte dos problemas de  
887 congestionamento de tráfego naquela zona, principalmente durante o  
888 período de aulas.  
889 Referindo-se à intervenção do deputado Rocha Pereira (GMPS), disse que  
890 o referido deputado deve estar muito bem, ou muito mal, informado em  
891 relação à situação financeira das IPSS e das associações do concelho,  
892 porque se lhe diz, como referiu, que há IPSS e associações que devem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. \_\_\_\_\_

893 milhões de euros, não tem esse conhecimento. Disse que quer as IPSS, quer  
894 as associações são entidades privadas relativamente às quais o Município  
895 desconhece a sua situação financeira; sabe que algumas passam por  
896 algumas dificuldades, até porque já tiveram a oportunidade de debater esse  
897 tema no “CLAS - Conselho Local da Ação Social”; que já se fez uma carta  
898 aberta à Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e têm  
899 havido alguns trabalhos no sentido da melhoria dos acordos, porque há essa  
900 necessidade, mas saber quanto devem ou deixam de dever não é função do  
901 Presidente da Câmara, para isso há órgãos sociais e assembleias gerais nas  
902 entidades que podem ser consultadas.

903 Respondeu que só conhece um GAP (Gabinete de Apoio ao Presidente da  
904 Câmara), mas se do deputado Rocha Pereira (GMPS) conhecer outro  
905 agradecia que lhe pudesse dizer quem é.

906 Referiu que em relação à forma depreciativa como o deputado Rocha  
907 Pereira (GMPS) da Feira do Vinho, que a questão dos derivados não  
908 começou com este executivo, alguns já participam na feira há bastantes  
909 anos. Referiu que o deputado Rocha Pereira (GMPS) falou em 11  
910 expositores de vinho, mas são 14, além de 7 restaurantes, 6 doceiros e 18  
911 expositores de artesanato.

912 Referindo-se à intervenção do deputado Jorge Quintas (GMMPM) relativa  
913 às marchas de S. João, respondeu que quando chegaram à Câmara  
914 Municipal cada marcha recebia 3.000,00€ de apoio, neste momento cada  
915 uma das marchas recebe 4.500,00€, além das bandas de música  
916 acompanharem as marchas a custo zero (antes o custo seria de cerca de  
917 1.000,00€), conforme ficou estabelecido num protocolo que foi feito entre a  
918 Câmara Municipal e cada uma das bandas de música aquando do apoio  
919 concedido para a compra de fardamento. Disse que em relação às marchas  
920 sénior e infantis, quando chegaram à Câmara Municipal era dado um apoio  
921 de 7,50€ por aluno/utentes das IPSS, e neste momento é dado um apoio de  
922 12,50€.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 523

- 923 Confirmou que no dia 11 de junho (presume que seja, não fixou o dia)  
924 estiveram 4 inspetores da Polícia Judiciária na Câmara Municipal (se não  
925 foi o dia todo terá sido quase todo). Informou que pediram para consultar  
926 elementos de empreitadas referentes aos anos de 2013 a 2021, tendo os  
927 serviços cedido o que foi solicitado. Referiu que até ao dia de hoje não  
928 receberam nenhuma comunicação, nem lhes cabe estar a fazer qualquer  
929 tipo de observação, porque tal como já disse noutras alturas, à justiça o que  
930 é da justiça; os Senhores Inspetores fizeram o trabalho deles e agora irão  
931 averiguar se haverá, ou não, alguma coisa em concreto, mas não cabe fazer  
932 essa análise.
- 933 Referindo-se à nota de honorários emitida pelo Dr. Campelo no âmbito do  
934 processo “Jopavera”, informou que o referido Advogado solicitou à  
935 Câmara Municipal que o processo fosse ao Tribunal Arbitral para decidir o  
936 pagamento, ou não, dos horários, pelo facto de não existir cabimento em  
937 virtude de na altura em que o Dr. Campelo foi contratado não se terem feito  
938 os procedimentos de contratação. Referiu que informou o Dr. Campelo que  
939 sem o cabimento necessário para se fazer o pagamento dos honorários não  
940 o fará, presumindo que o referido Advogado irá intentar uma ação contra o  
941 Município para que lhe sejam pagos os honorários, sendo que até ao  
942 momento isso ainda não aconteceu. Concluiu, referindo que discorde-se, ou  
943 não, dos honorários, a realidade é que o serviço foi executado.
- 944 Referindo-se à intervenção do deputado Manuel Mendes (GMPS) relativa  
945 aos custos totais das festas, respondeu que grande parte dessa informação  
946 está na “Base Gov”, mas se o referido deputado assim o entender pode  
947 requerer a informação, uma vez que há total transparência nessa matéria.
- 948 Respondeu que já foi a Lisboa várias vezes, até antes de ser Presidente de  
949 Câmara, pelo que sabe exatamente onde fica a cidade de Lisboa, mas há  
950 uma diferença: já disse várias vezes na AM que o executivo enviou mais de  
951 uma dezena de missivas ao anterior Sr. Secretário de Estado do Trabalho e  
952 este nunca respondeu, nunca atendeu uma chamada, nunca teve  
953 disponibilidade; felizmente, agora há pessoas que estão no Governo que



954 têm tido a atenção de atender o Município quando se solicita uma  
955 audiência, têm sido atendidos, não vê isso como algo negativo, mas sim  
956 como algo positivo. Disse que na altura da primeira reunião que teve com o  
957 anterior Sr. Secretário de Estado do Trabalho ficou bem impressionado  
958 com a forma como a reunião decorreu, mas lamentou que após essa  
959 primeira reunião nunca mais tivesse havido a vontade de receber o  
960 Município de Castelo o Paiva para se resolver o processo do “CACE –  
961 Centro de Apoio à Criação de Empresas”, apesar de haver uma Resolução  
962 do Conselho de Ministros assinada pelo então Primeiro-Ministro, Dr.  
963 António Costa, em que se refere que a requalificação daquele espaço é  
964 premente e urgente. Disse que espera que consigam ter uma resposta a esse  
965 e a outros casos do concelho.

966 Informou que já teve oportunidade de dar nota ao Sr. Ministro das  
967 Infraestruturas da preocupação que têm relativamente à conclusão da  
968 ligação da EN222 à A32. Referiu que segundo o à data Sr. Ministro das  
969 Infraestruturas, Pedro Marques, as máquinas deveriam ter estado no terreno  
970 em 2019, mas o executivo pede que isso aconteça em 2025, porque como já  
971 disse “gato escaldado de água fria tem medo”, pelo que está na expectativa  
972 de que efetivamente tenham as máquinas do terreno, sendo que o que lhe  
973 tem transmitido é que há essa vontade. Disse que não é por ser um Governo  
974 PSD ou um Governo PS que se vai imiscuir das suas responsabilidades,  
975 como na altura, quando o Governo era liderado pelo Dr. Pedro Passos, o  
976 então Presidente da Câmara decidiu fazer uma marcha lenta (depois de  
977 2015, numa altura de eleições legislativas, até 2021, pelos vistos não foi  
978 mais necessário) esteve ao lado dos Paivenses, esteve ao lado do então  
979 Presidente da Câmara nessa marcha lenta a reivindicar contra o Governo do  
980 PSD e a favor dos interesses de Castelo de Paiva, pelo que a postura que  
981 teve na altura continua a tê-la agora para que tratem os Paivenses com o  
982 respeito que merecem.

983 **A Vereadora Liliana Vieira** usou da palavra para responder às questões  
984 que foram colocadas relacionadas com os seus pelouros.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 524

- 985 Informou que o Município tem conhecimento que no Agrupamento de  
986 Escolas Castelo de Paiva houve um pedido muito avultado de “mobilidade”  
987 de professores. Disse que é uma situação que não é da competência do  
988 Município porque a autarquia não regula os concursos dos professores, e  
989 neste momento está em articulação com a Senhora Diretora do  
990 Agrupamento de Escolas para perceber se esta saída avultada de  
991 professores não origina problemas ao nível da colocação de decentes e que  
992 o normal funcionamento ano letivo seja assegurado, até porque também já  
993 receberam a informação de que a rede escolar do concelho foi totalmente  
994 aprovada, pelo que não há nenhuma escola a encerrar no Município e até  
995 têm 3 salas novas a abrir do primeiro ciclo.
- 996 Deixou um agradecimento ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real,  
997 porque conseguiram na escola de Nojões, onde apenas estava a funcionar o  
998 Jardim-de-Infância, chegar a um acordo com uma associação que detinha a  
999 posse de uma sala que estava encerrada para que a disponibilizasse. Disse  
1000 que essa sala está a ser alvo de melhorias em conjunto com a Junta de  
1001 Freguesia para que em setembro esteja preparada para receber uma nova  
1002 turma do primeiro ciclo, neste caso primeiro e segundo ano, num total de  
1003 20 alunos. Referiu que são boas notícias, têm também mais 2 salas a abrir  
1004 no primeiro ciclo na EB2/3 de Castelo Paiva, e no âmbito do Agrupamento  
1005 de Escolas do Couto Mineiro a rede também está totalmente aprovada, as  
1006 escolas vão-se manter todas em funcionamento, e o pedido de mobilidade  
1007 de professores nesse agrupamento é mais reduzido, 2 ou 3 professores, mas  
1008 está a acompanhar essa situação com as Senhoras Diretoras. Informou que  
1009 irão a breve trecho convocar uma reunião do Conselho Municipal de  
1010 Educação para preparar o próximo ano letivo, e crê que as Senhoras  
1011 Diretoras irão partilhar com o órgão o resultado da colocação dos  
1012 professores para avaliarem o impacto que terá no início do ano letivo.  
1013 Referindo-se à caixa das faturas associadas à realização dos testes à  
1014 “Covid-19”, informou que o Município tem feito várias diligências junto do  
1015 hospital de São João, ainda recentemente foram enviados vários ofícios.



1016 Disse que tem vindo a público que não houve alterações no Conselho de  
1017 Administração daquele hospital, mas agora mudou tudo para “ULS –  
1018 Unidades Locais de Saúde”, ainda algum reboliço, pelo que não estão a  
1019 conseguir contactar com nenhum responsável da área financeira que lhes  
1020 possa informar de como é que está esse processo. Referiu que ainda  
1021 recentemente, quando o tema foi discutido numa AM, deu nota que o  
1022 assunto estava a ser resolvido à data pelo então Ministro da Saúde, o Dr.  
1023 Manuel Pizarro, mas o Município nunca recebeu nenhuma informação até  
1024 ao momento sobre se essas faturas tinham, ou não, sido anuladas, pelo que  
1025 continuam com esses valores em aberto, não estão registado na  
1026 contabilidade porque não foi feito o devido cabimento e compromisso; está  
1027 constituída uma provisão no caso de haver algum processo judicial que seja  
1028 movido contra o Município.

1029 **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** interveio novamente para dizer  
1030 que ficaram três questões por responder: a primeira o propósito do acórdão  
1031 da Feira, se o Município tem a intenção de recorrer, ou não; a segunda era  
1032 um ponto de situação do Memorando de Entendimento; a terceira era se  
1033 houve alguma alteração à propriedade horizontal do prédio “Marmoiral”.

1034 **O Sr. Presidente da Câmara** respondeu que em relação ao recurso o  
1035 mandatário está a fazer a devida análise. Disse que mal recebeu a sentença  
1036 enviou-a a todos os membros que compõem a Comissão do Executivo e a  
1037 todos os membros que compõem a Comissão de Acompanhamento da AM.  
1038 Referiu que enquanto Presidente de Câmara está a aguardar a análise do  
1039 mandatário sobre se deverá, ou não, haver recurso; que se pressupõe que a  
1040 arguida poderá recorrer, até porque foi condenada a 2 anos e 3 meses, salvo  
1041 erro, de pena suspensa.

1042 Referindo-se ao Memorando de Entendimento que está a ser analisado pela  
1043 Comissão do Executivo, informou que estão a aguardar a disponibilidade  
1044 do Dr. Bernardo Alegria em reunir para que depois possam dar  
1045 conhecimento à Comissão de Acompanhamento da AM das diligências que  
1046 foram feitas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 525

1047 Em relação à propriedade horizontal do edifício “Marmoiral”, respondeu  
1048 que as plantas são as mesmas que já existiam antes, foram assinadas pelo  
1049 executivo que se encontrava em funções, pelo que as áreas são as mesmas  
1050 que já existiam na altura, ou seja, não houve alteração de áreas nem de  
1051 propriedade horizontal.

1052 *3. Apreciação da informação escrita da atividade da CM e da situação*  
1053 *financeira do Município.*

1054 **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para, referindo-se  
1055 ao pavilhão da Póvoa, dizer que os anos passam e muitas vezes as  
1056 pessoas esquecem-se que muito daquilo que está ali construído na  
1057 Associação Desportiva e Cultural da Póvoa deve-se a financiamento  
1058 municipal. Informou que há um protocolo celebrado com a referida  
1059 associação em que a Câmara Municipal, para além de outras coisas,  
1060 atribuiu um subsídio para que aquele pavilhão pudesse estar construído.

1061 Relativamente à eventual localização do Centro de Recolha de Resíduos de  
1062 Construção Civil no terreno em Real, informou que a lixeira foi  
1063 devidamente selada pela “CCDR-N – Comissão de Coordenação e  
1064 Desenvolvimento Regional do Norte”; teve um projeto quase aprovado e  
1065 está em condições, o Dr. Pedro Passos Coelho é testemunha disso, passou  
1066 semanas em Castelo de Paiva a liderar esse projeto de investimento para  
1067 uma Central de Compostagem, pelo que se podia receber à época aquele  
1068 equipamento, pensa que aquele local poderá ser uma excelente escolha.

1069 Deu nota que não tem bem presente o protocolo celebrado com o  
1070 Ministério da Saúde, e na página 8 do documento que lhes enviaram  
1071 regista-se o pagamento de 961,00€ de eletricidade do Centro de Saúde de  
1072 Castelo de Paiva. Disse que pensa que estes valores são reembolsados ao  
1073 Município, mas deixava a pergunta.

1074 **A Vereadora Liliana Vieira** respondeu que quando o Município assumiu  
1075 as competências na área da saúde, anexo ao auto transferência de  
1076 competências há sempre um valor associado para fazer face a todas as  
1077 despesas, não só da eletricidade, mas também outras despesas associadas.



1078 Informou que esses valores estão disponíveis na página da “DGAL –  
1079 Direção-Geral das Autarquias Locais”, existe uma informação do valor que  
1080 cada Município aufera no âmbito da delegação de competências quer seja  
1081 da área da saúde, da educação ou da ação social, sendo que Castelo de  
1082 Paiva recebe perto de 29.000,00€ mensais para fazer face aos custos com  
1083 recursos humanos e a todos os custos associados à gestão dos edifícios.

1084 **Deliberação:** A AM tomou conhecimento

1085 **Período de Intervenção do Público**

1086 *4. Intervenção do Público*

1087 **O munícipe José Adelino Nunes**, residente na UF de Sobrado e Bairros,  
1088 usou da palavra para dizer que é com tristeza que cá está hoje, porque  
1089 estiveram vários governantes no concelho e não houve uma pergunta para  
1090 saberem o que é que o Sr. Secretário de Estado do Turismo trouxe de  
1091 promessa para Castelo de Paiva; que também esteve cá o Sr. Ministro da  
1092 Agricultura e não se perguntou se se reuniu com os viticultores e com os  
1093 agricultores para saberem o que se está a passar. Disse que perguntou ao Sr.  
1094 Ministro se existe uma relação das muitas plantações de kiwis onde antes  
1095 era de vinho bom, tendo o Sr. Ministro respondido que o kiwi não é  
1096 inimigo do vinho. Referiu que comprehende, mas o problema é que está a  
1097 ocupar zonas de vinho bom; que também há um problema em Portugal  
1098 relacionado com o escoamento do vinho, é um problema grave e é preciso  
1099 dar explicações.

1100 Deu nota que em relação ao Turismo gostaria de ter previsões para o  
1101 Museu do Pejão, para um museu municipal; que o concelho não tem as  
1102 praias fluviais legalizadas; promessas para o turismo religioso.

1103 Deu também nota que na última AM um grupo municipal informou que  
1104 cedia as senhas de presença para a aquisição de rações para os animais do  
1105 Canil. Disse que os membros daquele grupo municipal estão a oferecer à  
1106 Câmara Municipal de Castelo de Paiva e à Câmara Municipal de Cinfães,  
1107 porque estas entidades têm um orçamento para dar a alimentação; que não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 526

1108 viram o que se gastou em festas tanto em Castelo de Paiva como em  
1109 Cinfães. Referiu que já basta de populismo.

1110 **O município José Rocha**, residente na UF de Sobrado e Bairros, usou da  
1111 palavra para dizer que viu situações iniciais que lhe lembram a cristação de  
1112 tempos passados - o que vai, lá vai.

1113 Referindo-se a uma zona pedonal em Real, disse que estão a aplicar a  
1114 iluminação em passeios onde não passa uma cadeira de rodas, pelo que  
1115 esses pontos de iluminação devem ser removidos e exigir às entidades que  
1116 os coloquem em zonas que não ponham em perigo a zona pedonal.

1117 Referindo-se a um monobloco de eletricidade que dá apoio ao edifício  
1118 “Marmoiral”, disse que o texto que foi referido já foi levantado há mais de  
1119 1 ano. Referiu que o exterior do edifício foi protegido aquando da  
1120 reconstrução, mas o interior não foi, as paredes estão todas a rachar, o que  
1121 originará muitos problemas graves no futuro.

1122 Concluiu, referindo que só existe um partido que é o concelho de Castelo  
1123 de Paiva.

1124 **O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** usou da palavra em uso da defesa  
1125 da honra.

1126 Referiu que não era bem em defesa da honra, era mais para um  
1127 esclarecimento porque não foi ofendido na sua honra, nem o seu grupo  
1128 municipal. Disse que informava o município José Adelino Nunes que o que  
1129 o populismo é a semente dos ditadores, e o GMMPM repudia as ditaduras,  
1130 são democratas, defendem a liberdade e todos os valores intrínsecos à  
1131 liberdade, pelo que não há populismo nenhum na ação que tiveram e  
1132 noutras que vão desenvolver; que fizeram simplesmente uma visita ao  
1133 Canil para verificar as suas condições, produzir um relatório, apresentar as  
1134 deficiências e as possíveis correções. Referiu que lhes foi dito que, por  
1135 vezes, os animais não teriam uma fartura suficiente de ração, pelo que  
1136 propuseram, e até desafiaram mais pessoas a doar 100kg de ração, que já  
1137 entregaram.



1138 Defendeu que não estão a dar dinheiro à Câmara Municipal de Castelo de  
1139 Paiva nem à de Cinfaes, fizeram um “miminho” aos animais que lá estão  
1140 em cativeiro, porque dinheiro, dá o próprio à Câmara Municipal com os  
1141 seus impostos, tal como a sua família e todos os Paivenses.  
1142 **O município José Adelino Nunes** interveio novamente em defesa da honra.  
1143 Referiu que o deputado Jorge Quintas (GMMPPM) o desafiou como ditador.  
1144 Referiu também que o referido deputado foi desmentido pelo Sr. Presidente  
1145 da Câmara quando este informou que a Câmara Municipal tinha feito uma  
1146 encomenda de 63 sacos de ração.  
1147 Questionou as razões que levaram o GMMPPM a comprar a ração.  
1148 Referiu que respeita e gosta dos animais, mas é mais fã de se dar apoio ao  
1149 ser humano e tem provas dadas no apoio aos excluídos e socialmente  
1150 abandonados, bem como aos doentes.  
1151 Defendeu que as IPSS também precisam de ajuda porque têm dívidas de  
1152 milhares de euros.  
1153 Informou que há 20 anos todos os membros da AM deram a sua senha de  
1154 presença para que pudesse um telhado numa casa de um munícipe em  
1155 Fornos.  
1156 **O Sr. Presidente da AM** fez uma pausa nos trabalhos por dez minutos.  
1157 Retomados os trabalhos passou-se à apreciação e deliberação do ponto 5.  
1158 **Período da Ordem do dia**  
1159 *5. Apreciação e deliberação – Plano Municipal de Ação Climática de*  
1160 *Castelo de Paiva.*  
1161 Presente para apreciação e deliberação o Plano Municipal de Ação  
1162 Climática de Castelo de Paiva, cuja cópia ficará arquivada na pasta anexa à  
1163 presente ata.  
1164 **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que  
1165 face ao documento apresentado que teve oportunidade de ler, têm de  
1166 confiar nos técnicos que fizeram este trabalho.  
1167 Referiu que em termos operacionais vai ter um grupo de trabalho municipal  
1168 e intermunicipal que lhes pode dar garantias de que o mesmo vai ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 527

1169 concretizado e, por outro lado, o mesmo vai ser acompanhado por um  
1170 Conselho Local e Intermunicipal.

1171 Registou que não se registando nenhuma intervenção no período de  
1172 discussão pública a que este documento esteve sujeito, não impede que  
1173 sugira que na página 248 do mesmo fosse útil acrescentar ao rol de  
1174 entidades ali expressas entidades concelhias como a “ADEP – Associação  
1175 de Defesa e Estudo do Património Histórico e Cultural de Castelo de  
1176 Paiva”, e outras associações locais de cariz ambiental que têm sede no  
1177 nosso concelho. Disse que acha que era importante, pelo que fazia uma  
1178 proposta à Mesa da AM para que essa inclusão seja aqui votada.

1179 **O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** usou da palavra para dizer que se  
1180 trata de um documento de extrema importância e que merece muita  
1181 atenção; um documento extenso, são 257 páginas. Disse que já é tarde para  
1182 dar sugestões porque o plano deveria ter sido entregue e fechado no fim do  
1183 mês de fevereiro de 2024; sabe que as Câmaras Municipais foram tidas e  
1184 achadas, recebiam comunicação semanal à base de respostas a inquéritos, e  
1185 que também houve consulta telefónica para a recolha de dados.

1186 Referiu que o documento visa sobretudo duas coisas: uma é a mitigação dos  
1187 efeitos dos gases com efeito de estufa e a outra coisa é a adaptação às  
1188 alterações climáticas.

1189 Defendeu que é um documento que não depende só do concelho Castelo de  
1190 Paiva, é um documento intermunicipal, do país e até da Europa.

1191 Deu nota que há a obrigatoriedade da constituição de um grupo de trabalho,  
1192 tendo perguntado ao Sr. Presidente da Câmara se esse grupo de trabalho  
1193 está formalizado.

1194 **O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que  
1195 sendo um documento intermunicipal da ação climática, esperava-se que o  
1196 executivo apresentasse o seu ponto de vista ou a sua interpretação do  
1197 mesmo; esperava-se que um documento com 257 páginas não fosse apenas  
1198 entregue e que os Senhores Deputados começassem a fazer as perguntas  
1199 que entendessem. Referiu que pensa que a AM merecia da parte do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. \_\_\_\_\_

1200 executivo municipal uma explicação prévia antes das questões e depois da  
1201 consequente votação.  
1202 Realçou que os deputados têm vindo a aprovar documentos técnicos atrás  
1203 de documentos técnicos, e também sabem que dos eleitos, seja no órgão  
1204 Câmara Municipal, seja no órgão Assembleia Municipal, nem todos são  
1205 técnicos, nem todos têm conhecimentos técnicos para poderem opinar  
1206 tecnicamente sobre os documentos. Disse que para isso há relatórios, ou  
1207 resumos não técnicos, para sustentarem os leigos da matéria do  
1208 conhecimento básico, resumido, sobre o quanto massudo é ler 257 páginas  
1209 que tem sérias dúvidas que os eleitos tenham tido tempo para o fazer, e, se  
1210 o fizeram, tem sérias dúvidas se todos os eleitos o interpretaram  
1211 tecnicamente da forma mais correta e adequada, porque não são técnicos.  
1212 Deu nota que, planos e mais planos, mas precisam de mais ação do que  
1213 propriamente planos, esperando que a aprovação deste plano não passe de  
1214 um mero formalismo legal para depois manterem tudo como está. Referiu  
1215 que a ação climática diz respeito a todos, porque têm todos a obrigação de  
1216 preservar a sua casa, que é o nosso planeta, e estão cá de passagem; veem  
1217 que este documento faz um diagnóstico e depois tem planos de ação em  
1218 várias áreas e com vários agentes responsáveis por intervirem na prática,  
1219 que vão desde a Comunidade Intermunicipal, à Câmara Municipal e às  
1220 Juntas de Freguesia.  
1221 Referiu que sobre os setores de ação do Município, tem várias áreas de  
1222 ação, tendo questionado, no que diz respeito à energia, como é que o  
1223 executivo pretende promover a produção de energias renováveis no nosso  
1224 território; quando dizem que pretendem uma promoção no território da  
1225 energia renovável e dos que irão promover, que todo o nosso território,  
1226 setor Público e privado, trabalhem com foco, mas depois as medidas são  
1227 apenas para o edificado municipal; que na página 180 já identificam que  
1228 pretendem fazer um trabalho coletivo com o setor privado, mas  
1229 salvaguarda-se que a medida envolva estudos de viabilidade económica.  
1230 Disse que depois acabamos por perceber como é que isso acabará, que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 528

1231 economicamente, provavelmente, poderá não ser viável. Referiu que têm  
1232 dificuldade em perceber como operacionalizam isso na prática.  
1233 Deu nota que no que diz respeito à mobilidade, é um tema recorrente, seja  
1234 nas Assembleias de Freguesia, nomeadamente na União de freguesias da  
1235 Raiva, Pedorido e Paraíso, seja noutras Uniões de Freguesia, já foi debatido  
1236 aqui na AM, já foi várias vezes debatido quer por parte do Sr. Presidente da  
1237 AM, enquanto eleito na Comunidade Intermunicipal, quer, salvo erro, pelo  
1238 deputado Jorge Quintas (GMMPP), quer pela deputada Fátima Strecht  
1239 (GMPS) na última Assembleia da Comunidade Intermunicipal, ou seja,  
1240 Castelo de Paiva carece de mobilidade numa perspetiva interna e de uma  
1241 perspetiva externa. Disse que quer numa, quer noutra, dá a sensação de que  
1242 o transporte público não é para todos, é para carenciados, é esse o rótulo  
1243 que os agentes políticos dão ao transporte público, porque não fomentam o  
1244 uso do transporte público a toda a população - não é um problema só do  
1245 concelho, é um problema transversal a nível nacional. Referiu que a  
1246 mobilidade interna não responde às necessidades da população, seja nas  
1247 aldeias, seja nas sedes de freguesia, não há transporte público regular para a  
1248 sede do concelho; que isso é um problema grave, não é de agora,  
1249 certamente, mas não deixa de ser uma situação recorrente. Por outro lado,  
1250 disse, na mobilidade externa, têm a tendência a olhar apenas para a  
1251 mobilidade para o centro urbano do Porto, não é só para ali que são os dois  
1252 grandes eixos fundamentais da mobilidade externa, devem pensar em ligar  
1253 o concelho diariamente para os três centros hospitalares que o abrangem,  
1254 nomeadamente Feira, Penafiel e Porto; que também devem pensar nos  
1255 serviços judiciais e perceber que a pessoa que põe uma ação judicial nem  
1256 sempre consegue resolver tudo em Castelo de Paiva. Referiu que não veem  
1257 ambição política nas medidas que são apresentadas de reforçar as redes de  
1258 transportes, e também não há a ambição de aumentar a periodicidade das  
1259 existentes. Disse que torna-se contraditório apresentarem o Plano  
1260 Municipal da Ação Climática e não sentirem que existe um incentivo ao  
1261 transporte coletivo.



1262 Realçou que a Câmara Municipal indica-se como responsável, juntamente  
1263 com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa em matéria de  
1264 mobilidade, tendo questionado se caberá ao Município responder às  
1265 constantes falhas da rede de transportes, seja no número de rotas, seja na  
1266 periodicidade existente, e deixará o Município de atirar responsabilidades  
1267 apenas para a Comunidade Intermunicipal.  
1268 Deu nota que no que diz respeito aos edifícios e espaços públicos, as  
1269 medidas de promoção da eficiência energética de edificados e  
1270 equipamentos municipais não diferem das medidas enumeradas noutras  
1271 rubricas, acabando por ser uma repetição. Disse que no setor privado  
1272 responsabilizam os privados para avaliação das energéticas e para a  
1273 implementação de sistemas de eficiência energética, tendo questionado se  
1274 as medidas serão de caráter obrigatório; se não forem cumpridas pelos  
1275 privados haverá algum tipo de sanção.  
1276 Deu nota que no que diz respeito às indústrias as medidas são semelhantes  
1277 às anteriores, com destaque para os apoios para a transição da eficiência  
1278 energética.  
1279 Referiu que relativamente ao ponto dos ativos naturais agricultura, florestas  
1280 e outros usos do solo, há um reforço da capacidade da sumidouro no  
1281 território, tendo questionado como é que o executivo pretende captar  
1282 investimento para a reflorestação dos espaços florestais com espécies  
1283 autóctones, e que tipo de espécies é que pretendem reforçar o concelho; se  
1284 com a criação da rede de destroçamento de sobrantes agrícolas se pretende  
1285 a construção de algum ponto de recolha e tratamento desses sobrantes no  
1286 nosso território ou apenas o transporte para outros municípios.  
1287 Referiu também que no que diz respeito à promoção do consumo de  
1288 produtos locais e sustentáveis, basta adotar o conceito do projeto do  
1289 “Arouca Agrícola” e adaptá-lo ao nosso território, é um exemplo nacional  
1290 que tem várias tentativas de réplica noutras municípios.  
1291 Relativamente aos ativos naturais, questionou se não deveriam também  
1292 apostar na fiscalização do uso da água da rede pública para fins agrícolas, e



*Assunto*

1293 também o eventual uso das águas do rio Sardoura, da Ribeira de Sá e,  
1294 eventualmente, do Arda, para a rega de plantações de agricultura intensiva.  
1295 Deu nota que no que diz respeito aos resíduos é dito que é urgente um  
1296 incentivo à prática da reciclagem e do uso da compostagem dos resíduos,  
1297 tendo questionado como é que o executivo pretende operacionalizar esta  
1298 medida: com ecopontos familiares; com o aumento do número de centros  
1299 de recolha de ecopontos do Município ou com a criação de ecopontos nas  
1300 ruas.

1301 **O Sr. Presidente da AM** usou da palavra para informar que no seguimento  
1302 da intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) acabou de chegar  
1303 uma recomendação Mesa, porque é o que a AM pode fazer em matéria de  
1304 apreciação de documentos. Disse que daquilo que interpretou das palavras  
1305 do referido deputado, este pretende que se coloque à votação que a AM  
1306 recomende à Câmara Municipal que na página 248 se acrescente a entidade  
1307 “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do Património Histórico e  
1308 Cultural de Castelo de Paiva”.

1309 **O deputado Manuel Mendes (GMPS)** interveio novamente para dizer que  
1310 não querendo menosprezar a associação em causa, mas ao identificarem  
1311 uma, se calhar, podem estar a cometer um erro não menos grave de  
1312 excluírem outras. Questionou porque é que estão a propor incluir uma  
1313 determinada associação, nada contra se está no âmbito de ação dessa  
1314 associação, ou se é, ou não, benéfico, não é por aí, isto é, se não existirão  
1315 outras instituições que também poderão dar contributos para este tipo de  
1316 discussão que estejam a excluir.

1317 **O Sr. Presidente da AM** respondeu que a AM não pode alterar o teor de  
1318 nenhum documento que venha a este órgão, ou seja, estão cá para deliberar  
1319 sobre os documentos que lhes são apresentados mediante proposta da  
1320 Câmara Municipal. Disse que podem fazer recomendações e, neste caso, a  
1321 Câmara Municipal, o seu executivo, decidirá; se a Câmara Municipal  
1322 quiser alterar alguma coisa no texto que hoje vão deliberar, terá de reiniciar



1323 o processo todo, nomeadamente a consulta pública, porque não pode alterar  
1324 um documento já aprovado sem que ele volte ao passo inicial.

1325 Repetiu que a Mesa recebeu uma proposta de recomendação e o que  
1326 próprio está a fazer é colocar essa recomendação à votação, nos seguintes  
1327 termos:

1328 - “A Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal que na página  
1329 248 acrescente nas entidades a “ADEP – Associação de Defesa e Estudo do  
1330 Património Histórico e Cultural de Castelo de Paiva” e outras entidades de  
1331 cariz ambiental.”

1332 **O deputado Jorge Quintas (GMMPPM)** interveio novamente para dizer  
1333 que não discordando, era de toda a pertinência que as associações de  
1334 carácter ambiental de Castelo de Paiva estivessem no documento, mas  
1335 avisava que o documento já esteve em consulta pública, pelo que se se  
1336 alterar o documento, já foi aprovado em reunião de Câmara, este terá de ser  
1337 reformulado e isso não adianta nada porque o documento está fechado, a  
1338 consulta pública já acabou.

1339 **O Sr. Presidente da AM** clarificou que a recomendação da AM não obriga  
1340 a Câmara Municipal absolutamente em nada, a Câmara Municipal aceita,  
1341 ou não, a recomendação, se assim o entender, pelo que a não ser que o  
1342 proponente retire a recomendação é forçado a colocá-la à votação.

1343 De seguida, colocou a recomendação à votação, tendo sido aprovada por  
1344 maioria com 20 abstenções (10 do GMPSD e 10 do GMPS) e 6 votos a  
1345 favor (4 do GMMPPM e 2 do GMUCPT).

1346 **O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões  
1347 que lhe foram colocadas.

1348 Deu nota que é um plano que engloba oito municípios da Comunidade  
1349 Intermunicipal do Tâmega e Sousa, designadamente Baião, Cinfães,  
1350 Resende, Marco de Canaveses, Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada e,  
1351 salvo erro, Paços de Ferreira; é um documento que já foi sujeito a discussão  
1352 pública sem que fosse feita qualquer observação, pelo que muito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 530

- 1353 dificilmente irão impor uma alteração para que se inclua a recomendação,  
1354 apesar de considerar que é pertinente.
- 1355 Realçou que o plano tem de ser técnico, tem de direcionar para a  
1356 melhoraria da questão climática. Disse que efetivamente não é só uma  
1357 questão de Castelo de Paiva, é uma questão de âmbito regional, nacional e  
1358 até europeia, o concelho não vai conseguir cumprir sozinho com todas as  
1359 metas ali elencadas, dai a opção de Castelo de Paiva, na pessoa do seu  
1360 Presidente, em sede da Comunidade Intermunicipal, de agir em conjunto  
1361 com outros municípios.
- 1362 Referindo-se à questão dos bio resíduos, disse que faz sentido, até em  
1363 função dos fundos europeus, que Castelo de Paiva entre com os seus  
1364 associados da “Ambisousa” na gestão daqueles resíduos, porque têm que  
1365 deixar de ter a mentalidade de “cada um ter a sua capelinha”, têm de  
1366 começar a pensar em ter algo com dimensão que dê respostas e tenha  
1367 sustentabilidade, sendo a ambição tratar de uma candidatura em conjunto  
1368 com todos os municípios da “Ambisousa”.
- 1369 Respondeu que têm aumentado o número de ecopontos no concelho,  
1370 inclusivamente, nos últimos relatórios, comparando de uns anos para os  
1371 outros, tem aumentado a tonelagem da reciclagem em percentagem, ou  
1372 seja, o concelho está no bom caminho. Disse que é necessário, e tem  
1373 havido, ações de sensibilização nas escolas e a distribuição de compostores  
1374 para que nem tudo vá para o lixo doméstico, porque há muita coisa que  
1375 pode ser reaproveitada até para uso na agricultura e nos jardins.
- 1376 Defendeu que tem de haver uma racionalização da água. Informou que  
1377 quase todas as explorações agrícolas são obrigadas pelas entidades gestoras  
1378 a terem um contador para saberem quanta água é gasta, seja água dos rios  
1379 ou de outra fonte.
- 1380 Deu nota que quando no plano se fala nos privados, maioritariamente será  
1381 para novas edificações ou reformulações, não se poderá obrigar um privado  
1382 a fazer obras de fundo sem que haja uma contrapartida. Referiu que a nova



1383 legislação obriga as habitações a cumprir com a classe de eficiência  
1384 energética (A), pelo que essas essas situações são acauteladas.

1385 Defendeu que a questão dos transportes é muito sensível. Respondeu que  
1386 não se trata de empurrar a responsabilidade para a Comunidade  
1387 Intermunicipal: houve uma deliberação de 2016 ou 2017 que delegou a  
1388 competência da gestão dos transportes naquela entidade, ou seja, o  
1389 Município de Castelo de Paiva paga a sua fração da parte da componente  
1390 nacional como pagam outros municípios, estando-se a falar de muitas  
1391 centenas de milhares de euros.

1392 Salientou que é redutor dizer que o transporte público é para carenciados,  
1393 não são só os carenciados que utilizam transporte público. Disse que é de  
1394 valorizar o passe que o concelho tem em simultâneo com a Comunidade  
1395 Intermunicipal, que por 40,00€ se pode viajar até ao Porto, utilizar a  
1396 ferrovia ou o metro daquela cidade.

1397 Admitiu que há falhas; que há um concurso para a contratação das novas  
1398 empresas que irão fazer os transportes na área da Comunidade  
1399 Intermunicipal do Tâmega e Sousa, estando-se a fazer o levantamento das  
1400 necessidades, mas têm de se convencer que quer o Estado, quer os  
1401 Municípios, não podem financiar autocarros para andar com o motorista  
1402 para cima e para baixo. Informou que o modelo que irão tentar colocar em  
1403 prática, tendo já sido pedidos contributos a todas as Juntas de Freguesia, é o  
1404 transporte pedido, porque identifica as necessidades que efetivamente  
1405 existem, principalmente nos locais mais isolados, sendo que isso é que é o  
1406 futuro, isso é que é a rentabilização de meios para o caminho que todos  
1407 pretendem atingir no âmbito ação climática.

1408 Referindo-se à questão dos edifícios, designadamente os edifícios públicos,  
1409 respondeu que essa questão está muito ligada ao que irão ser os fundos  
1410 comunitários. Referiu que tem de haver um plano de negócio, têm de  
1411 garantir que há uma redução de cerca de 30% nos gastos energéticos, tem  
1412 de haver sustentabilidade; há que também em conjunto com os privados  
1413 criar as chamadas “comunidades energéticas” em que se utiliza o topo dos



1414 edifícios ou zonas de aparcamento para a colocação de painéis solares  
1415 tentando rentabilizar a nossa exposição solar para reduzir as emissões de  
1416 CO<sub>2</sub>, e isso é claramente técnico. Realçou que também não será a pessoa  
1417 com maior aptidão para dar uma explicação mais técnica do plano, mas oito  
1418 gabinetes técnicos de oito municípios aceitaram as recomendações de uma  
1419 equipa técnica, pelo que tem de haver confiança da parte dos eleitos  
1420 porque, como é óbvio, não têm todos cursos de engenharia das energias  
1421 renováveis.

1422 Referindo-se à questão da sustentabilidade da agricultura, informou que  
1423 existe um projeto que é encabeçado pela “Dolmen - Desenvolvimento  
1424 Local e Regional, CRL” no âmbito da Comunidade Intermunicipal do  
1425 Tâmega e Sousa no qual Castelo de Paiva está incluído, o “PNPAS -  
1426 Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável”, com o qual se  
1427 irá tentar promover a compra de produtos aos produtores locais, por  
1428 exemplo, para serem servidos nas cantinas escolares. Referiu que aqui  
1429 também tem de haver uma análise profunda, porque há a necessidade de  
1430 garantir a continuidade dos produtos em alguma quantidade para o universo  
1431 estudantil, salvo erro, são servidas no concelho cerca de 800 refeições por  
1432 dia nos dois agrupamentos sede, excluindo as EB1, pelo que têm de  
1433 garantir que há disponibilidade e capacidade para a contratação de certos e  
1434 determinados produtos ao agricultor A, B, C ou D, porque estão obrigados  
1435 ao cumprimento da Lei das Finanças Locais. Referiu que o caminho vai-se  
1436 fazendo passo a passo e estes planos, tal como os outros planos que já aqui  
1437 foram apresentados, muitos até ligados à parte social, são importantíssimos,  
1438 porque sendo dirigidos em consórcio com vários municípios da  
1439 Comunidade Intermunicipal, garantem dimensão aquando da obtenção de  
1440 fundos comunitários e também uma melhor posição negocial na aquisição  
1441 de bens e serviços.

1442 **O deputado Manuel Mendes (GMPS)** interveio novamente para dizer que  
1443 a questão de o documento ser técnico, naturalmente teria de o ser. Disse  
1444 que aquilo que é prática comum é os técnicos, que percebem muito mais



1445 dos assuntos do que os deputados em determinadas áreas, fazerem um  
1446 relatório não técnico, isso é prática comum noutras municípios, ou seja, os  
1447 relatórios técnicos virem com um resumo não técnico, achando que daqui  
1448 para a frente deveriam adotar essa medida.

1449 **O Sr. Presidente da Câmara** respondeu que o resumo sugerido pelo  
1450 deputado Manuel Mendes (GMPM) está logo na introdução, pelo que lendo  
1451 a introdução fica-se com uma ideia geral do que se pretende, concordando  
1452 que as restantes 250 páginas são puramente técnicas.

1453 **O Sr. Presidente da AM** interveio novamente para dizer que antes de  
1454 colocar à votação queria fazer “mea culpa” porque não deu ao início a  
1455 palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que ele pudesse explicar o  
1456 documento e passou logo para as inscrições.

1457 **O deputado Jorge Quintas (GMMPM)** questionou novamente se o grupo  
1458 de trabalho já foi constituído.

1459 **O Sr. Presidente da Câmara** respondeu que constam no plano uma série  
1460 de entidades que após a sua aprovação serão convidadas a nomear um  
1461 representante para fazer parte desse grupo técnico, como por exemplo as  
1462 Juntas de Freguesia do concelho que irão nomear um elemento para o  
1463 Conselho Local de Acompanhamento.

1464 **Deliberação:** Apreciado e aprovado por unanimidade.

1465 **6. Apreciação e deliberação – Relatório de Execução Orçamental – 1.º  
1466 Trimestre de 2024.**

1467 Presente para apreciação e deliberação o Relatório de Execução  
1468 Orçamental referente ao 1.º Trimestre de 2024, cuja cópia ficará arquivada  
1469 na pasta anexa à presente ata.

1470 **A Vereadora Liliana Vieira** usou da palavra para fazer uma breve  
1471 apresentação do relatório.

1472 Informou que o documento reflete a execução do Município no primeiro  
1473 trimestre deste ano em comparação com o período homólogo do ano  
1474 passado. Deu nota que os Senhores Deputados podem verificar os valores  
1475 que já estão executados ao nível da despesa, num montante de cerca de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 532

- 1476 3.400.000,00€, repartido em despesa corrente e despesa de capital, e da  
1477 mesma forma a receita com uma execução na ordem dos 4.000.000,00€,  
1478 que está desagregada em receita corrente e de capital.  
1479 Referiu que em relação ao período homólogo do ano passado, a despesa, no  
1480 seu cômputo geral, teve uma redução de 8%; a despesa corrente diminuiu  
1481 cerca de 3,64%, o que é um bom prenúncio, em contrapartida com um  
1482 aumento da receita, pelo que estão a diminuir a despesa corrente e a  
1483 aumentar a receita, o que dá ao Município maior capacidade para canalizar  
1484 receita corrente e de capital para investimento.  
1485 Deu nota que há uma pequena oscilação ao nível da despesa de capital.  
1486 Disse que no ano passado já registavam em pagamentos cerca de  
1487 800.000,00€ em despesa de capital e, a 31 de março corrente, atingiram o  
1488 montante de 600.000,00€; que neste primeiro trimestre, ao nível do  
1489 investimento, na rubrica da aquisição de bens de capital, o Município está  
1490 muito dependente das condições atmosféricas para o bom desenvolvimento  
1491 das empreitadas, há sempre mais alguns atrasos, mas podem já dizer que  
1492 está-se a meio do ano económico e o Município já regista ao nível da  
1493 despesa de capital o montante de 5.500.000,00€ de despesa comprometida,  
1494 num total de despesa de capital orçada para 2024 num montante de  
1495 7.600.000,00€, o que quer dizer que há um forte investimento em curso  
1496 neste meio ano de exercício económico, têm já muita despesa  
1497 comprometida em curso, mas ao nível dos pagamentos há sempre algum  
1498 atraso da parte dos empreiteiros, que faturam mensalmente, enquanto  
1499 outros empreiteiros optam por apresentar os autos com um período mais  
1500 alargado, pelo que no fim do primeiro trimestre são esses os valores que  
1501 estão refletidos no relatório.  
1502 Informou que os Senhores Deputados podem também, às vezes, constatar  
1503 algumas variações mais subjetivas e particularizadas em algumas rubricas  
1504 que advêm de ajustes económicos de reclassificações que estão a fazer para  
1505 que quer ao nível da despesa, quer ao nível da receita, a informação seja  
1506 refletida da forma mais correta possível.



1507 | **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que  
1508 | previsões são previsões, lançar obras a concurso, executá-las, execução  
1509 | financeira e, acima de tudo, como disse a Vereadora Liliana Vieira, e bem,  
1510 | o pagamento dessas obras, não acontece tudo num ano, às vezes até são  
1511 | vários os anos em que isso se reflete.  
1512 | Deu nota que na segunda página, quando se diz que a maior taxa de  
1513 | execução é nas despesas com pessoal, pensa (questionou) que isso tem  
1514 | também a ver com a delegação de competências; que no penúltimo  
1515 | parágrafo fica satisfeito por ver uma diminuição de cerca de 6% na  
1516 | aquisição de bens e serviços.  
1517 | Sugeriu ao Município, até para terem uma perspetiva daquilo que é o  
1518 | funcionamento da Câmara Municipal e aquilo que foram delegações de  
1519 | competências, no quadro apresentado no ponto 3.1.1.2, despesas com  
1520 | pessoal, desagregar essas rubricas e apresentar aquele quadro pelas  
1521 | associadas às delegações de competências que concretizaram até ao  
1522 | momento.  
1523 | Deu nota que no ponto 3.2.1, aquisição de bens de capital, na parte que diz  
1524 | respeito à execução da “ELH - Estratégia Local de Habitação”, gostava de  
1525 | saber qual é o ponto de situação; no capítulo 3.2.1, também nas aquisições  
1526 | de capital, volta à carga a questão do alargamento do cemitério de Sobrado,  
1527 | pelo que gostava de saber como é que está o processo de expropriação,  
1528 | tendo sugerido que se a Câmara Municipal puder abandone esse processo,  
1529 | que é para que os Paivenses saibam quem é que está contra o  
1530 | desenvolvimento do concelho e, se calhar, ainda vão chegar à conclusão  
1531 | que os passeios da rua Luis Aranha têm a ver com a situação da  
1532 | expropriação, porque são mais ou menos as mesmas entidades.  
1533 | Concluiu, referindo que o documento está bem apresentado.  
1534 | **O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que os  
1535 | números são o que são, cada um interpreta-os da forma como lhe dará mais  
1536 | jeito.



1537 Referiu que ao ler as 24 páginas do documento vão analisar e concluir  
1538 algumas coisas, designadamente que a receita no primeiro trimestre deste  
1539 ano é claramente superior à despesa; que nas transferências relatadas na  
1540 página 9, na tabela 3.1.1.5, existe uma redução de 24,94% nas  
1541 transferências para as famílias, tendo perguntado se isso significa uma  
1542 diminuição dos apoios sociais ou é outro motivo; que na página 10, as  
1543 despesas de capital para investimentos são muito inferiores face ao mesmo  
1544 período de 2023, numa redução do investimento em cerca de 30%, ou seja,  
1545 houve um abrandamento na realização de obras públicas, houve uma  
1546 redução do investimento público na resolução dos problemas dos  
1547 municípios; que a partir da página 3, e já é uma questão apenas gráfica,  
1548 altera-se a tipologia dos gráficos, designadamente as cores, nomeadamente  
1549 em 2023 relativamente a 2024, invertendo a situação; que o documento  
1550 mostra a inércia relativamente à resolução dos problemas das piscinas,  
1551 porque demonstra-se que existe uma diminuição da receita, embora seja  
1552 residual, e a questão financeira é acessória, a questão principal é a não  
1553 resolução do problema da piscina. Disse que gostaria de saber o que é que  
1554 quem está no poder diria se fosse ao contrário, se estivessem um ano sem a  
1555 piscina municipal a funcionar, com a agravante de haver cerca de  
1556 6.000.000,00€ em caixa; é que terem um edificado com problemas sem  
1557 dinheiro é uma situação, terem um equipamento municipal de apoio às  
1558 escolas, ao desporto e às pessoas que fazem tratamentos medicinais através  
1559 das águas quentes das piscinas parado há cerca de 1 ano havendo dinheiro  
1560 em caixa, isso é um atestado de incompetência à governação.  
1561 Por outro lado, disse, nota-se que estão a acumular capital, não estão a  
1562 desenvolver obras nem a fazer investimento público, e nota-se que estão  
1563 ligeiramente focados numa gestão à "Comissão de Festas", ou seja, juntar  
1564 para depois festejar, e o que o concelho precisa, além de festeiros, é  
1565 essencialmente de obras e da resolução de problemas como o das piscinas;  
1566 não vêm uma gestão que vai de encontro às necessidades das pessoas; que  
1567 não bastava a incapacidade de imaginação para o desenvolvimento do



1568 Município, mais grave, vêm que não conseguem executar o próprio  
1569 orçamento.  
1570 Concluiu, referindo que o documento é um atestado de incompetência que  
1571 o executivo em permanência passa a si próprio.  
1572 A deputada Vanessa Pereira (GMPSD) usou da palavra para dizer que  
1573 antigamente era realmente feita uma gestão à “Comissão de Festas”, era  
1574 feita uma gestão em que se faziam mais festas e deixava-se os  
1575 equipamentos chegarem ao estado a que chegaram: a piscina municipal, o  
1576 pavilhão municipal, o pavilhão do Couto Mineiro que só agora vai ter uma  
1577 intervenção no montante de 500.000,00€, para não falar em vários  
1578 equipamentos desportivos que chegaram a um estado deplorável que  
1579 envergonha qualquer pessoa; que chegaram assim porque tiveram 12 anos  
1580 sem manutenção, por isso dizer que agora é que é a gestão à “Comissão de  
1581 Festas”, se calhar agora a gestão faz-se planeando-se as coisas, dai ter-se  
1582 uma piscina fechada porque se calhar teve que se fazer um investimento  
1583 para corrigir erros que ela tinha, porque já com o executivo anterior ela  
1584 fechada muitas vezes porque a água estava imprópria, e todos se  
1585 queixavam que ela fechava muitas vezes, mas se calhar havia uma razão  
1586 para ela fechar e, se calhar, tinha necessidade urgente de obras. Referiu que  
1587 a si, enquanto munícipe e enquanto membro da AM, a envergonha o estado  
1588 a que deixaram chegar os equipamentos municipais; que não é normal um  
1589 equipamento como o pavilhão do Couto Mineiro precisar de ter uma  
1590 intervenção que foi lançada por este executivo num investimento de  
1591 500.000,00€, e não é um equipamento tão velho quanto isso.  
1592 Referindo-se ao relatório de execução orçamental, disse que é de saudar  
1593 que a despesa corrente tenha descido 3%, nem que seja 3%; dizer que é um  
1594 atestado de incompetência que se passa porque se faz uma gestão criteriosa  
1595 porque se amealha, achando piada quando as pessoas dizem que o  
1596 executivo está a amealhar para depois gastar no último mandato, porque  
1597 isso foi o que aconteceu nos últimos 12 anos de governação, que se juntava,  
1598 juntava e, se calhar, no dia em que as pessoas estavam a votar ainda havia



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 534

- 1599 freguesias que estavam a colocar alcatrão, sendo algo que a própria e, se  
1600 calhar, os deputados, também não querem; que isso é que é uma gestão  
1601 feita a pensar nas eleições. Disse que espera que aquilo que aconteceu no  
1602 passado não aconteça agora, que é estarem na véspera das eleições com as  
1603 máquinas ainda a deitar alcatrão para depois perceberem o que foi bem  
1604 feito e o que ficou mal feito.
- 1605 Deu nota que acha caricato dizer-se que este executivo não investe, que  
1606 este executivo não faz obras, quando tiveram um Presidente da Junta de  
1607 Freguesia de Real a elencar aqui várias obras que este executivo fez,  
1608 porque antigamente o Presidente da Junta de Real dizia o contrário do  
1609 executivo anterior, dizia que não era gasto um centímo em Real. Disse que  
1610 o próprio PS reconheceu que este executivo trata todas as freguesias por  
1611 igual, e ficou bem reconhecer; faz obras em todas as freguesias sem  
1612 exceção, seja PS, PSD, MPM ou o que for; faz porque pensa nas pessoas:  
1613 há quem faça uma gestão a pensar nas próximas eleições e há quem faça  
1614 uma gestão a pensar nas próximas gerações (frase de um colega seu),  
1615 esperando que este executivo faça a pensar nas próximas gerações, porque  
1616 é isso que o concelho precisa, caso contrário são iguais aos outros, são  
1617 iguais àqueles que fizeram sempre a pensar nas próximas eleições; se  
1618 calhar, uma obra de abastecimento de água em Nogueira nunca tinha sido  
1619 feita porque, se calhar, dava poucos votos (ainda bem que vai ser feita  
1620 agora); se calhar, uma pavimentação onde moram 2 ou 3 pessoas nunca foi  
1621 feita porque não dava votos, vão ser feitas agora algumas, ainda bem que  
1622 assim é porque estão a olhar para as pessoas; uma pessoa que mora no  
1623 Paraíso é tão importante como uma pessoa que mora no centro da Vila, e  
1624 tem tanto direito a ter as mesmas condições de uma pessoa que mora no  
1625 centro da Vila.
- 1626 Reiterou a redução da despesa corrente, que é o que toda a gente sempre  
1627 diz que os executivos deviam fazer; salientou o aumento do investimento  
1628 em todas as freguesias por igual, todas as Juntas de Freguesia fazem



1629 pedidos, e fazem bem porque defendem os seus territórios e têm tido obras  
1630 nos seus territórios de várias centenas de milhares de euros.  
1631 Realçou que deixaram de ver nos relatórios de execução orçamental a  
1632 questão dos fundos disponíveis negativos com possibilidade de se  
1633 manterem assim durante imenso tempo, não têm mais fundos disponíveis  
1634 negativos. Referiu que este executivo tem dinheiro porque tem uma boa  
1635 gestão, fazendo opções que, se calhar, muitas vezes são difíceis para eles;  
1636 que não é só dizer que antigamente não havia dinheiro: havia dinheiro e  
1637 faziam uma gestão como entendiam de acordo com as suas prioridades.  
1638 Reiterou que deixaram de ver nos relatórios de execução orçamental fundos  
1639 disponíveis negativos com forte possibilidade de se manterem assim, sendo  
1640 que chegaram a ver relatórios em que a Câmara Municipal não podia  
1641 assumir os seus compromissos, como aconteceu várias vezes em que  
1642 deixaram de assumir compromissos, por exemplo com as “Águas do Douro  
1643 e Paiva”.  
1644 Realçou o facto de a Câmara Municipal pagar a 6 dias, algo que é  
1645 importante, sendo também importante reconhecer quando se fazem as  
1646 coisas bem feitas, e estão-se a fazer as coisas bem feitas, e, acima de tudo,  
1647 ao contrário do que se diz, a resolver o problema das pessoas, a resolver o  
1648 problema de quem não tem água ao domicílio, a resolver obras que se  
1649 adiaram durante anos, como o Vale da Mota, por exemplo, entre outras.  
1650 A Vereadora Liliana Vieira interveio novamente para responder às  
1651 questões que lhe foram colocadas.  
1652 Referindo-se à intervenção do deputado Paulo Teixeira (GMUCPT),  
1653 respondeu que quando fazem a apresentação dos dados fazem-no por  
1654 grupos de despesa, pelo que é normal que a despesa com o pessoal seja  
1655 agregada num todo. Disse que ao nível da contabilidade e ao nível do que  
1656 foi a assunção das competências, já colocaram na contabilidade analítica  
1657 estas três áreas de atuação, porque têm de reportar todos os meses à tutela  
1658 os custos referentes a estas competências para que no final do ano possam  
1659 fazer um balanço sobre se as transferências que foram programadas em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 535

- 1660 sede de Orçamento de Estado foram, ou não, suficientes para a atuação do  
1661 Município.  
1662 Referindo-se à “ELH - Estratégia Local de habitação”, informou que o que  
1663 está referido no relatório é que a atuação do Município no que concerne à  
1664 aquisição de terrenos foi mais evidente em 2023. Informou também que  
1665 neste momento o Município apenas não conseguiu adquirir terrenos para o  
1666 efeito na freguesia de Fornos, sendo que há terrenos adquiridos em todas as  
1667 freguesias para a implementação da “ELH - Estratégia Local de habitação”,  
1668 estando já concluídos os respetivos projetos e submetidos no “IHRU –  
1669 Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”. Disse já se adjudicou ao  
1670 empreiteiro a requalificação dos bairros sociais, prevendo-se que as obras  
1671 comecem no prazo máximo de um mês.  
1672 Informou que o processo de expropriação referente ao alargamento do  
1673 cemitério de Sobrado está a decorrer normalmente.  
1674 Deu nota que começa a ficar um bocado chateada a propósito dos  
1675 6.000.000,00€. Disse que há pouco referiu que à data de 23 de junho de  
1676 2024 tinha compromissos assumidos no que concerne à despesa de capital  
1677 de 5.300.000,00€, pelo que se amanhã entrassem na Câmara Municipal  
1678 todas as faturas de todas as obras que estão adjudicadas, dos 6.000.000,00€  
1679 ficavam 700.000,00€, o que quer dizer que todo o dinheiro que está em  
1680 caixa está programado para pagar o investimento que o executivo tem um  
1681 curso, tendo reiterado que em 6 meses têm 5.300.000,00€ em despesas de  
1682 capital, enquanto no ano passado fecharam o ano económico com uma  
1683 despesa de capital executada de cerca de 4.000.000,00€, o que quer dizer  
1684 que quando chegarem ao final deste ano, se calhar, irão ter uma despesa de  
1685 capital de 7.000.000,00€. Disse que este executivo se dá ao luxo de lançar  
1686 obras de 400/500/600.000,00€, tal como uma obra de 600.000,00€ que  
1687 querem levar a reunião de Câmara no próximo mês, pelo que isso não é  
1688 inércia, é preparação, planeamento, é não “andar às pingas” com obras de  
1689 20/30.000,00€. Referiu que não vão fazer o que aconteceu, por exemplo no  
1690 pavilhão municipal, em que ainda hoje chegou às suas mãos a libertação de



1691 uma caução ao empreiteiro de uma obra que foi lançada para aquele  
1692 equipamento ao nível da cobertura, em que supostamente se tinha retificado  
1693 e corrigido as anomalias, e está agora este executivo com um investimento  
1694 de 500.000,00€ para resolver aquele problema, tendo questionado se eles é  
1695 que são os incompetentes.

1696 Perguntou ao deputado Manuel Mendes (GMPS) o que diria se a própria  
1697 lhe apresentasse um saldo de tesouraria de 300.000,00€: eram competentes,  
1698 e se não tivessem investimento em curso, questionou.

1699 Informou que as festas estão pagas e continuam com 6.000.000,00€, o que  
1700 quer dizer que reduziram a despesa corrente naquilo que é supérfluo e  
1701 analisam e capitalizam a despesa de capital, e ainda nem sequer têm fundos  
1702 comunitários, porque os avisos do “Portugal 2030” só estão a abrir agora,  
1703 pelo que quando os fundos comunitários estiverem disponíveis para  
1704 alavancar o investimento do executivo, o deputado Manuel Mendes  
1705 (GMPS) multiplica isso e verifica quanto é que poderá ser o investimento  
1706 deste executivo, reiterando que desde 2021 que estão a trabalhar sem  
1707 fundos comunitários, só com fundos próprios.

1708 Referiu que o deputado Manuel Mendes (GMPS) também podia dizer que a  
1709 receita aumentou, é um facto, mas não vê o executivo a gastar dinheiro em  
1710 coisas que não são importantes para o Município, nem a aumentar  
1711 drasticamente a despesa corrente, sendo que isso é que é importante referir,  
1712 e não vir para aqui dizer que são uma Comissão de Festas, apesar de  
1713 valorizarem muitos as Comissões de Festas que fazem um trabalho muito  
1714 importante junto das suas populações e a quem este executivo tem o  
1715 cuidado de apoiar, mas o executivo está cá para executar aquilo a que se  
1716 propôs e as coisas vão aparecer a seu tempo. Disse que o Sr. Presidente da  
1717 Junta do Real elencou umas quantas obras estruturantes na freguesia dele;  
1718 no ponto seguinte vão deliberar uma obra estruturante para a freguesia de  
1719 Santa Maria de Sardoura, e outras que estão a decorrer noutras freguesias,  
1720 em todas as freguesias, sendo que na próxima AM poderá trazer um  
1721 relatório da distribuição do investimento por freguesia desde que cá estão



1722 para comparar com o que está para trás, fazer o equilíbrio com a despesa  
1723 corrente no mandato anterior e tirar as conclusões.

1724 **O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para, referindo-se ao  
1725 alargamento do cemitério de Sobrado, informar que avançaram com a  
1726 expropriação, não conseguiram chegar a acordo com o proprietário. Disse  
1727 que ter uma obra daquelas a terminar e ter aquele tipo de edifício à frente  
1728 não é digno daquele local, tendo reiterado que não tendo conseguido chegar  
1729 a acordo com o particular a única via possível era a expropriação, até  
1730 porque num futuro que espera que seja distante, será necessário utilizar  
1731 aquele espaço para uma futura ampliação. Referiu que já estão a  
1732 salvaguardar a titularidade daquele local, bem como do terreno contíguo,  
1733 para resolver algumas questões ao nível do estacionamento.

1734 Convidou o deputado Manuel Mendes (GMPS) a acompanhá-lo no dia de  
1735 amanhã numa visita à piscina municipal para ver em primeira mão o que é  
1736 que está a ser colocado, o que é que está a ser retirado, e a forma como  
1737 funcionava aquela piscina que de 15 em 15 dias era encerrada pela  
1738 Autoridade de Saúde, bastavam umas análises que não cumpriam com os  
1739 requisitos de higiene, segurança e saúde pública para que fosse encerrada  
1740 pela Delegada de Saúde.

1741 Relembra que há um relatório fotográfico que foi feito não só daquela  
1742 piscina, mas também da piscina do Castelo, do pavilhão do Couto Mineiro,  
1743 e de outros equipamentos desportivos que estão numa situação deplorável;  
1744 que também relembra que ainda não têm fundos comunitários  
1745 disponíveis, mas na altura havia fundos comunitários para a remoção de  
1746 amianto e o pavilhão ginnodesportivo tem a cobertura em amianto, sendo  
1747 que o projeto de requalificação daquele equipamento está a ficar concluído,  
1748 e se assim os Senhores Deputados entenderem, disponibiliza-se a trazer a  
1749 equipa técnica para fazer uma apresentação do projeto à AM.

1750 Informou que o concelho tem garantidos 10.000.000,00€ (fundos  
1751 comunitários), quando antes tinha 4.000.000,00€, valor que desaparece em  
1752 2 ou 3 obras porque as necessidades são muitas, basta falar da escola



1753 EB2/3, ou seja, dos 5.000.000,00€ que o Município tem para  
1754 equipamentos, 2.400.000,00€ são para aquela escola, fora os restantes  
1755 equipamentos desportivos e restantes necessidades. Referiu que é  
1756 importante ter critério e a consciência de que nunca se perdoaria se algum  
1757 Paivense, ou outra pessoa que utilizasse aquele equipamento (piscina  
1758 municipal) tivesse algum problema de saúde grave inerente ao seu mau  
1759 funcionamento e ao seu mau estado de conservação, tendo garantido que no  
1760 início do próximo ano letivo a piscina estará a funcionar com todas as  
1761 questões de segurança e de higiene acauteladas.

1762 **Deliberação:** Apreciado e aprovado por maioria com 11 abstenções (8 do  
1763 GMPS e 3 do GMMPM) e 15 votos a favor (10 do GMPSD, 1 do GMPS, 2  
1764 do UCPT, 1 do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Real (GMMPM) e 1  
1765 do Sr. Presidente da UF da Raiva, Pedorido e Paraíso (GMPS)).

1766 O deputado Manuel Mendes (GMPS) proferiu a seguinte declaração de  
1767 voto:

1768 “- O meu sentido de voto, de me abster neste documento, não se prende  
1769 sobre a veracidade do mesmo, mas apenas e unicamente sobre o que ele  
1770 relata no que diz respeito às políticas adotadas da não execução total  
1771 daquilo que estava previsto”.

1772 **7. Apreciação e deliberação - Arranjo Urbanístico do Centro de Santa  
1773 Maria de Sardoura (Viação Rural) – Repartição de encargos  
1774 Plurianuais.**

1775 Presente para apreciação e deliberação uma proposta da Câmara Municipal  
1776 referente ao assunto em título, cuja cópia ficará arquivada na pasta anexa à  
1777 presente ata, e que mereceu uma breve explicação do Sr. Presidente da  
1778 Câmara.

1779 **A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** usou da palavra para dizer que a  
1780 obra em causa reflete um investimento na freguesia de Santa Maria  
1781 Sardoura no montante de 255.000,00€. Referiu que só esta obra representa  
1782 6 vezes mais do que aquilo que foi investido pelo executivo anterior



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 537

- 1783 naquela freguesia, e que isso é tratar as freguesias por igual, é fazer as  
1784 obras que são necessárias a pensar nas pessoas.
- 1785 **Deliberação:** Apreciado e aprovado por unanimidade.
- 1786 **8. Informação para apreciação e conhecimento da AM:**
- 1787 **8.1. Plano de Desenvolvimento Social - 2024-2030.**
- 1788 Presente para apreciação e conhecimento o Plano de Desenvolvimento  
1789 Social - 2024-2030, cuja cópia ficará arquivada na pasta anexa à presente  
1790 ata.
- 1791 **O deputado Paulo Teixeira (GMUCPT)** usou da palavra para dizer que  
1792 como refere na sua informação, a técnica superior que emitiu a 5 de março  
1793 de 2024 a informação que acompanha o despacho do Sr. Presidente da  
1794 Câmara, estão perante “um documento de extrema importância”, e é uma  
1795 pena que seja o último ponto da ordem de trabalhos, dado que a sua  
1796 importância merecia maior dignidade e mais tempo para ser apreciado.  
1797 Salientou que apesar das suas 180 páginas, o “Plano de Desenvolvimento  
1798 Social” abrange os próximos 6 anos, vai até 2030.  
1799 Informou que Rede Social de Castelo de Paiva foi uma das primeiras a ser  
1800 criada no país, e surgiu após a queda da ponte de Entre-os-Rios com o  
1801 apoio do então Ministro Vieira da Silva, para dar resposta a muitas  
1802 questões com que o concelho foi confrontado.  
1803 Informou também que o Conselho Local da Rede Social foi criado a 18 de  
1804 outubro de 2021, integra 39 entidades públicas e privadas, e foi das  
1805 melhores coisas que se fizeram no concelho nestes 50 anos de democracia.  
1806 Deu nota que no documento a habitação surge como uma prioridade das  
1807 prioridades, e também a habitação associada ao fluxo de imigrantes  
1808 estrangeiros, que já representam cerca de 1% da nossa população – o  
1809 concelho tem cerca de 613 migrantes, 220 mulheres e 393 homens.  
1810 Referiu que a nível interno existem cerca de 200 pedidos de habitação  
1811 social.



1812 Defendeu que esta é uma questão crítica, a falta de habitações disponíveis e  
1813 a inacessibilidade das famílias às habitações existentes, preços e condições  
1814 de acesso, criam graves problemas de inclusão e cidadania plena.  
1815 Defendeu também que as IPSS têm tido um papel primordial na resolução  
1816 das reais necessidades da população e de proximidade em relação aos mais  
1817 carenciados.  
1818 Deu nota que o plano fala também da necessidade imperiosa de conclusão  
1819 das acessibilidades ao concelho, designadamente a Variante à EN 222 e o  
1820 IC35.  
1821 Realçou que a violência doméstica, a todos os níveis, é também um grave  
1822 problema concelhio e que urge combater - 75% das vítimas são do sexo  
1823 feminino.  
1824 Referiu que um importante dado a reter é o facto de 21% da nossa  
1825 população beneficiar do “RSI – Rendimento Social de Inserção”, o que  
1826 evidencia os baixos rendimentos da nossa população e o facto de existir  
1827 uma elevada percentagem de pessoas no limiar da pobreza.  
1828 Dispõe que a saúde mental é dos problemas mais graves da nossa  
1829 sociedade, e em crescendo, para além de não haver respostas a nível  
1830 concelhio, faltam os dados desta situação.  
1831 Deu nota que o desemprego tem vindo a decrescer, mas há que ter atenção  
1832 porque a frequência de formação profissional faz o “IEFP – Instituto de  
1833 Emprego e Formação Profissional” caracterizar esses formandos como  
1834 empregados, estando-se a falar de pessoas entre os 35 e os 55 anos.  
1835 Salientou que o documento também refere o potencial turístico do  
1836 concelho. Disse que no dia de hoje o site do Município apresenta-nos 28  
1837 unidades turísticas, a que correspondem mais de 350 camas disponíveis,  
1838 mas há muitas mais, ainda nas próximas semanas abrirá mais uma unidade  
1839 em Real, que é das freguesias no concelho com mais unidades turísticas.  
1840 No entanto, disse, a taxa de emprego no concelho, neste sector, é reduzida,  
1841 surge em 6.º lugar atrás da educação com 3,2%, e a indústria com 38%.  
1842 Informou que nos últimos 17 anos o setor privado investiu mais de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 538

- 1843 30.000.000,00€ na construção de unidades turísticas, urge agora concluir  
1844 uma estratégia em termos públicos rumo ao futuro.  
1845 Deu nota que o relatório refere também que existem riscos estruturais,  
1846 como o envelhecimento da população, carecendo o concelho de estratégias  
1847 que contrariem essa tendência, sendo que isso tem implicações em várias  
1848 áreas: sociais, económicas e políticas públicas.  
1849 Realçou que neste momento o concelho necessita de tantas vagas como as  
1850 que tem disponíveis no concelho, e temos uma ERPI (Estrutura Residencial  
1851 Para Idosos) ainda em construção, em Nojões.  
1852 Referiu que em jeito de conclusão, o “Plano de Desenvolvimento Social” é  
1853 uma ferramenta importante para promover o desenvolvimento e o bem-  
1854 estar da população. Disse que ao longo deste documento foram  
1855 estabelecidos objetivos, metas e ações para combater as desigualdades  
1856 sociais, melhorar a qualidade de vida das pessoas e garantir o acesso aos  
1857 direitos básicos, e representa uma oportunidade de transformação social  
1858 significativa.  
1859 Concluiu, referindo que têm muito trabalho pela frente, pelo que tem de ser  
1860 considerado um documento de todos e para todos.  
1861 **A deputada Giselda Neves (GMPS)** usou da palavra para dizer que é um  
1862 plano com um prazo bastante abrangente, 2024 a 2030, pelo que em  
1863 primeiro lugar queria dar os parabéns ao gabinete da Rede Social pela  
1864 elaboração de um documento estruturante em que estão plasmados grandes  
1865 propósitos, designadamente fomentar a coesão social (relembra que a  
1866 área social é uma área primordial no desenvolvimento do concelho) e para  
1867 o acesso equitativo aos recursos existentes, pelo que para si é um  
1868 documento que será a bíblia para os próximos anos para um  
1869 desenvolvimento justo, coeso e inclusivo para o concelho de Castelo de  
1870 Paiva.  
1871 Defendeu que ao contrário do “Plano Municipal da Ação Climática” que é  
1872 um documento extremamente técnico, este é um documento que resultou  
1873 do trabalho das estruturas sociais, das IPSS, etc., do concelho e, portanto, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. \_\_\_\_\_

1874 | extremamente importante porque dá em primeira mão o conhecimento da  
1875 | realidade do concelho.  
1876 | Salientou que é importante que depois de aprovado todos tivessem, de vez  
1877 | em quando, um balanço do que está a acontecer relativamente a este plano,  
1878 | algo que para os Senhores Deputados até é fácil porque se há o gabinete da  
1879 | Rede Social, de vez em quando poderiam vir à AM dar alguns  
1880 | esclarecimentos para se perceber o que é que está a ser feito.  
1881 | Deu nota que os pontos críticos já foram elencados, designadamente as  
1882 | acessibilidades, a falta de especialização das empresas que operam no  
1883 | concelho, o que significa que a base económica, mesmo dos salários,  
1884 | porque o concelho não tem trabalho qualificado, é extremamente baixo,  
1885 | com uma diferença enorme entre homens e mulheres, pelo que se querem  
1886 | um concelho inclusivo têm de lutar para diminuir essas discrepâncias.  
1887 | Disse que não é de todo aceitável que o concelho seja um dos piores ao  
1888 | nível da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa no que diz  
1889 | respeito à diferença salarial.  
1890 | Realçou que um aspeto bastante interessante diz respeito à mobilidade  
1891 | interna. Referiu que esteve com atenção quando foi a discussão da outra  
1892 | parte, e percebeu, mas tem de haver medidas próprias no conselho para  
1893 | estes circuitos internos de população que fica muito afastada do centro, e  
1894 | para todos os efeitos o centro é Sobrado, é aqui que estão os serviços, pelo  
1895 | que as pessoas têm de ter um direito igual às políticas públicas, ou seja, o  
1896 | acesso à saúde, à educação, à cultura é muito importante. Defendeu que é  
1897 | premente que o transporte a pedido seja implementado o mais rápido  
1898 | possível, porque acontecem coisas deste género: quando a USF de Oliveira  
1899 | do Arda, por exemplo, fecha ao fim de semana, e alguém tem de vir cá  
1900 | acima fazer nem que seja um curativo, uma pessoa de Gaído que chame um  
1901 | táxi e que espere, e uma pessoa que esteja incluída no “RSI - Rendimento  
1902 | Social de Inserção”, imagine-se quanto é que isso ficaria, é incomportável,  
1903 | pelo que os cuidados de saúde não são os mesmos para as pessoas.



1904 Reconheceu o potencial turístico com os recursos endógenos naturais muito ricos, mas quanto a si muito pouco aproveitados. Referiu que além da oferta que já tem de alojamento, e que já perceberam que é grande, o concelho tem de ter uma oferta diversificada, própria, que leve as pessoas a usufruir das condições que existem e que permaneçam no concelho.

1905 1906 1907 1908 1909 1910 1911 1912 1913 1914 1915 1916 1917 1918 1919 1920 1921 1922 1923 1924 1925 1926 1927 1928 1929 1930 1931 1932 1933 1934

Defendeu que a habitação é uma questão crítica. Disse que a “ELH - Estratégia Local de Habitação”, quanto a si, está atrasada, tem de avançar muito rapidamente, porque quando lhes dizem que vão avançar com a reestruturação dos bairros sociais, e muito bem, porque têm de fornecer condições condignas às pessoas que moram nos bairros sociais, isso não resolve o problema de fundo que é a falta de habitação, porque esses bairros vão ser melhorados, mas são ocupados pelas famílias de origem e o problema está na falta de habitação a preços acessíveis - existem T2 na Vila para arrendamento a 700,00€. Disse que conhece casas que nem são por aí além, são de habitação já bastante antiga, constituídas por uma casa de banho minúscula, uma cozinha e um quarto, que estão alugadas a 400,00€, pelo que a “ELH - Estratégia Local de Habitação” tem de avançar o mais rápido possível para permitir que o concelho seja de facto, e não no papel, um concelho inclusivo, coeso e de acesso equitativo.

**A deputada Vanessa Pereira (GMPSD)** usou da palavra para dizer que antes de falar do documento em si, e há algumas coisas que a deputada Giselda Neves (GMPS) disse, e que percebeu, mas a “ELH - Estratégia Local de Habitação” é para habitação social e o que têm neste momento em todo em todo o país, e no Concelho também, é uma crise habitacional que não se reverte literalmente na habitação social, ou seja, têm pessoas e casais de classe média que poderiam não ter acesso a uma habitação social, que é isso a que a “ELH - Estratégia Local de Habitação” vem dar resposta, mas que não conseguem alugar uma casa em Castelo de Paiva porque não existem, ou têm os valores exorbitantes que a deputada Giselda Neves (GMPS) referiu. Defendeu que no seu entendimento pessoal a “ELH - Estratégia Local de Habitação” não vem resolver todos os problemas



1935 habitacionais do concelho, porque há famílias da classe média que têm um  
1936 salário médio, mas se tiverem filhos, pagar 700 ou 800,00€ de aluguer de  
1937 uma casa é muito difícil conseguir fazê-lo.  
1938 Deu nota que o “Plano de Desenvolvimento Social” fecha um conjunto de  
1939 documentos que no seu entender são importantes, designadamente a Carta  
1940 Social e o Diagnóstico Social.  
1941 Referiu que foi um trabalho feito pela Rede Social, feito em rede com todas  
1942 as instituições que conhecem as realidades todas do concelho, mas que  
1943 também teve um acompanhamento através da Comunidade Intermunicipal  
1944 do Tâmega e Sousa. Disse que quem fez este plano foi beber a outras  
1945 realidades, foi conhecer, e teve a ajuda daquela entidade para construir um  
1946 documento que tem objetivos e metas claras e que, no seu entendimento,  
1947 tenha soluções que sejam para todas as pessoas. Ou seja, disse, é um  
1948 trabalho que envolveu todas as instituições da Rede Social, que fazem um  
1949 trabalho extraordinário no concelho em termos sociais; de terem percebido  
1950 que a realidade social de hoje não é a mesma de há 10 anos, hoje há mais  
1951 jovens/ seniores ativos, a esperança média de vida é muito maior, e por isso  
1952 as pessoas têm de arranjar outras soluções que neste momento são difíceis  
1953 de arranjar, designadamente se quisermos pôr alguém num lar residencial  
1954 não há lugar, há muito poucas vagas, pelo que é um trabalho que tenta  
1955 perceber onde estamos e para onde queremos ir, e acima de tudo que tenta  
1956 arranjar soluções para todas as carências, seja a violência doméstica, sejam  
1957 os lares residenciais, seja a carência na infância, sejam todos os problemas  
1958 com que o concelho se debate.  
1959 Referindo-se à questão da violência doméstica, referiu que o Município tem  
1960 um gabinete próprio que é o “Cataventos” que trata especificamente do  
1961 acompanhamento das vítimas de violência doméstica, que no seu entender  
1962 está a fazer um excelente trabalho. Disse que era algo muito  
1963 importante e necessária no concelho, porque existem muitos casos de  
1964 violência doméstica que trazem muitas outras condicionantes, muitas outras  
1965 problemáticas, pelo que só uma equipa que é multidisciplinar consegue dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 540

- 1966      resposta a essas problemáticas. Referiu que as pessoas podem dizer que preferiam não ter, mas é o contrário, preferem ter, porque sabem que o problema existe e estão a tentar dar soluções a quem tem esse problema da violência doméstica, que não são só mulheres, também são homens, mas da mesma forma que a “CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castelo de Paiva” também faz um trabalho notável com as crianças, existe este gabinete que em que se faz esse trabalho que é importante para o Município.
- 1967      Salientou que a Rede Social faz um trabalho notável, e prova que quando todas as entidades se querem juntar é possível criar um bom documento, que não é estanque, e que irá permitir que consigam arranjar soluções para as pessoas, que sejam soluções para todos sem exceção, que sejam inclusivas para todas aquelas necessidades que existem no nosso território e que são vastas.
- 1968      **O deputado Manuel Mendes (GMPS)** usou da palavra para dizer que tem dúvidas sobre se o plano não deveria ser sujeito a deliberação. Disse que a sua interpretação tem a ver com o facto de todos os outros planos, salvo erro, que trouxeram à AM foi para apreciação e deliberação e este é apenas para apreciação; que a dúvida é se depois o executivo tem sustentação para poder colocar o plano em prática sem a deliberação da AM.
- 1969      Deu nota que ao ler documento, e daí que se lembra, a taxa de ocupação dos lares das IPSS está nos 300%, o que é preocupante, e significa que a capacidade de resposta daquelas entidades à comunidade está mais do que saturada e pode causar dúvidas sobre a qualidade do serviço prestado, tendo questionado o que é que a Câmara Municipal tenciona fazer para garantir que os mais fragilizados, as gerações mais velhas ou seniores, consigam ter qualidade de vida naquelas instituições em quem as famílias confiam para cuidar deles.
- 1970      Questionou se este relatório não deveria fazer um diagnóstico sobre a saúde mental.
- 1971
- 1972
- 1973
- 1974
- 1975
- 1976
- 1977
- 1978
- 1979
- 1980
- 1981
- 1982
- 1983
- 1984
- 1985
- 1986
- 1987
- 1988
- 1989
- 1990
- 1991
- 1992
- 1993
- 1994
- 1995



- 1996 Deu nota que o documento, tal como todos os outros planos, começa com o  
1997 diagnóstico já aqui explorado por vários colegas, e depois apresenta  
1998 caminhos para combater o que será o desenvolvimento social para tornar a  
1999 situação mais coesa.
- 2000 Referindo-se à “ELH - Estratégia Local de Habitação”, disse que é  
2001 apresentada como uma medida de combate à desigualdade social, mas tem  
2002 dificuldade em acreditar na execução desta estratégia, não na questão da  
2003 requalificação dos bairros existentes, isso é o mais fácil, porque apesar de  
2004 haver a necessidade de intervir a verba existe, resolve-se, mas a questão  
2005 que se levanta é a da necessidade de se aumentar o parque público  
2006 habitacional: há verba, há alguns terrenos, já apresentaram na AM várias  
2007 propostas para aumentar o leque de terrenos a que aparentemente não  
2008 deram seguimento, nem respostas sobre elas, e depois, a parte mais difícil,  
2009 que é construir mais habitação. Disse que fica extremamente desiludido  
2010 quando vê municípios aqui à volta entregarem casas, a entregarem  
2011 habitações sociais, e Castelo de Paiva não tem um único saco de cimento  
2012 gasto em habitação nova, vindo-se depois com a conversa do costume, ou  
2013 seja, é o “IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana”, é o  
2014 sistema, está atrasado. Reiterou que não há um único saco de cimento gasto  
2015 três anos depois de o executivo ter iniciado funções.
- 2016 Referindo-se à questão do turismo como estratégia de combate à  
2017 desigualdade social, disse que concordam. Referiu que foram ver o  
2018 programa eleitoral do executivo, tendo questionado qual é a estratégia que  
2019 têm para o turismo no concelho; que anunciam praias fluviais, tendo  
2020 questionado se já contrataram algum Nadador-Salvador para este ano e se  
2021 já legalizaram as praias fluviais; que também prometeram um parque da  
2022 cidade, tendo questionado se já existe projeto, quem foi o arquiteto, se já  
2023 está em andamento e qual é a empresa; preveem a criação de um parque de  
2024 campismo, tendo questionado se já existe projeto, quem foi o arquiteto e se  
2025 já está em execução; que propõem a criação do Museu do Vinho de Castelo  
2026 de Paiva, tendo feito as mesmas perguntas que fez anteriormente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fls. 541

- 2027      Concluiu, referindo que é altura de se deixarem de projetos e passarem às  
2028      obras em concreto, é isso que querem.
- 2029      **O Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões  
2030      que lhe foram colocadas.
- 2031      Deu nota que quando entrou na Câmara Municipal havia poucos projetos,  
2032      mas havia muitas maquetes, basta analisar os panfletos e as revistas das  
2033      candidaturas de 2009, 2013 e 2017 (em 2021 já não tiveram essa  
2034      oportunidade).
- 2035      Salientou que têm de assumir o que está escrito, as coisas levam o seu  
2036      tempo, e referindo-se à questão das praias fluviais disse que, infelizmente,  
2037      nem o Choupal, nem o Castelo, apresentam regularidade quanto à  
2038      qualidade da água que permita a sua classificação como praias fluviais.  
2039      Disse que é legítimo dizer-se que deveriam tentar perceber o porquê, quais  
2040      são os critérios para que Bitetos, na outra margem, cumpre e o Castelo não  
2041      cumpre, só havendo uma diferença: é o rio Paiva, ou alguma coisa se passa  
2042      abaixo de Bitetos. Referiu que por muito que Castelo de Paiva queira a  
2043      praia fluvial, não o conseguirá enquanto as águas não tiverem uma  
2044      qualidade regular que dê garantias aos banhistas, não é o problema de haver  
2045      um Nadador-Salvador, porque conforme os contratam para as instalações  
2046      desportivas também os contratam para o efeito, e têm vontade de contratar  
2047      mais 2 ou 3; que não depende da Câmara Municipal que a água do rio  
2048      Douro esteja em condições. Referindo-se à “ELH - Estratégia Local de  
2049      Habitação”, respondeu que tinham um protocolo, mas não tinham projetos,  
2050      nem parte dos terrenos. Disse que neste momento têm os terrenos, têm os  
2051      projetos de arquitetura e de especialidade, e a data que foi dada pelo  
2052      Governo anterior para a submissão dos projetos foi cumprida, pelo que há  
2053      que aguardar, os serviços farão o seu trabalho e o executivo cá estará para  
2054      fazer o seu.
- 2055      Referindo-se à questão do turismo, questionou onde é que está o Museu do  
2056      Mineiro - andaram 12 anos para o fazer, também era importante para este  
2057      plano.



2058 Sobre a questão da saúde mental, respondeu que já foi acautelada no  
2059 documento que veio anteriormente.  
2060 Salientou que não podem querer tudo ao mesmo tempo, dado que há coisas  
2061 que infelizmente não dependem do executivo, porque se dependessem,  
2062 como a questão das praias, certamente já estariam a funcionar. Referiu que  
2063 têm tido o cuidado de fazer a limpeza todos os anos, de colocar areia nas  
2064 praias e de tentar garantir que os equipamentos funcionam.  
2065 Informou que sabem das dificuldades existentes na elaboração dos projetos,  
2066 basta perguntar a todos aqueles que governam ou que já governaram, ou  
2067 seja, há entidades com quem não é fácil trabalhar, como por exemplo a  
2068 “APA - Agência Portuguesa do Ambiente”, de que estiveram 3 meses à  
2069 espera para obter uma cota de cheia, foi preciso uma reunião presencial  
2070 para tal. Referiu que alguns do passado disseram que o Choupal não se  
2071 fazia porque havia políticos que punham areia na engrenagem, quando os  
2072 responsáveis políticos à data até deram os terrenos que lá tinham; não  
2073 querem isso, querem é que haja celeridade da parte das entidades às quais o  
2074 executivo é obrigado a pedir pareceres para poder concretizar a obra que  
2075 tanto ambicionam.  
2076 Respondeu que ambicionam a criação do Museu do Vinho e do Museu do  
2077 Mineiro, tanto que a Câmara Municipal já é proprietária do “PG2”; foram à  
2078 apresentação de um “3D” feita pela “EDM – Empresa de Desenvolvimento  
2079 Mineiro”, estando a aguardar que se requalifique o “PG1”, tendo,  
2080 inclusivamente, sido deliberada em reunião de Câmara a cedência daquele  
2081 espaço para a sua requalificação, isto logo em 2022. Ou seja, disse, não  
2082 estão a trabalhar tão lentamente como os outros institutos, podem andar,  
2083 devido a várias vicissitudes, ao mesmo ritmo.  
2084 Realçou que a Vereadora Liliana Vieira informou que até ao momento já  
2085 têm mais de 5.000.000,00€ investidos em todas as freguesias,  
2086 designadamente na requalificação do centro de Sardoura, que era um anseio  
2087 de há muito tempo do atual Sr. Presidente da Junta de Freguesia; a  
2088 requalificação da avenida da igreja de Bairros, uma promessa de há muitos



2089 anos, está concluída. Referiu que tudo isso obriga-os a fazer uma ginástica  
2090 tremenda para cumprir com as contas certas e conseguir fazer as obras  
2091 necessárias para resolver a vida dos Paivenses com zero de fundos  
2092 comunitários, tudo com capitais próprios. Realçou que a Câmara Municipal  
2093 paga a 6 dias, mas ninguém fala disso; continuam a pagar à banca numa  
2094 altura em que a Euribor está a subir drasticamente e, em função disso, estão  
2095 a pagar mais juros, mas conseguem apresentar números, resultados e obras;  
2096 há obras em todas as freguesias, sendo que muito brevemente mais obras  
2097 serão lançadas e certamente chegarão ao final deste ano, se não lá, pelo  
2098 menos perto dos 7.000.000,00€ em obras no concelho, com a possibilidade  
2099 de incluir muitas das obras que já foram feitas nos avisos a submeter para  
2100 que sejam financiadas.

2101 Salientou que em 2025 o povo decidirá se o trabalho foi bem, menos bem  
2102 feito ou não foi feito. Referiu que o compromisso do executivo é total para  
2103 realizar esse trabalho, e quando estiver em campanha a dar a cara, porta a  
2104 porta, olhos nos olhos, as pessoas poderão então dizer da sua justiça e o  
2105 próprio também poderá explicar tudo que foi feito.

2106 **Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

2107 **O Sr. Presidente da AM** informou que chegou à Mesa uma proposta  
2108 apresentada pelo deputado Paulo Teixeira (GMUCPT) de voto de louvor e  
2109 agratidão nos seguintes termos:  
2110 “- Que a AM delibere um voto de louvor e agratidão à Rede Social de  
2111 Castelo de Paiva pelo plano agora apresentado.”

2112 Referiu que admitida a proposta ia colocá-la à votação, tendo sido aprovada  
2113 por unanimidade.

2114 **8.2. Compromissos Plurianuais – 1.º Trimestre de 2024.**

2115 Presente para apreciação e conhecimento os Compromissos Plurianuais  
2116 referentes ao 1.º Trimestre de 2024, cuja cópia ficará arquivada na pasta  
2117 anexa à presente ata.

2118 **Deliberação:** A AM tomou conhecimento.

2119 **Período de Intervenção do Público**



2120 | 9. Intervenção do PÚBLICO.

2121 | Não houve intervenções.

2122 A sessão foi encerrada às 0:55 horas, tendo-se aprovado, por unanimidade,  
2123 a minuta, nos termos e para os efeitos previstos no nº. 3, do artigo 57º. da  
2124 Lei 75/2013, de 12 de setembro.

2125 | O Presidente da Mesa,  
2126

2127

2128 O 1.º Secretário, em exercício,

2129

2130 A 2.ª Secretaria,

2131 Aksi Dangawda Pisto dan Radis